



“Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil”, 2011

Claire Cerdan & Paulo F. Vieira
(Coordenadores).





Este documento se es el resultado de la investigación realizada en el marco del Proyecto Desarrollo Territorial Rural con Identidad Cultural y el Programa Dinámicas Territoriales Rurales de Rimisp–Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Se autoriza la reproducción parcial o total y la difusión de este documento sin fines de lucro y sujeta a que se cite la fuente.

Cita

Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil, Informe final DTR-IC. Claire Cerdan & Paulo F. Vieira (Coordenadores). Equipo de investigación: Mariana Aquilante Policarpo, Melissa Vivacqua, Adinor Capellesso, Helio Castro Rodrigues, Benjamin Martinel, Eduardo Cordeiro, Anais Lesage, Francisca Meynard, Aglair Pedrosa, Juliana Adriano, Maiara Leonel, Maria Aparecida Ferreira, Sergio Pinheiro, 2011

© Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural
www.rimisp.org

© Proyecto DTR-IC
dtr-ic@rimisp.org
www.rimisp.org/territorioeidentidad2

UFSC - CIRAD - RIMISP

Programa de Pesquisa Dinâmicas Territoriales Rurales

Desarrollo territorial rural con identidad cultural

Valorização dos ativos culturais e naturais das comunidades rurais e desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina/Brasil

Informe final - DTR-IC



Claire Cerdan & Paulo F. Vieira (Coordenadores).

Equipe de pesquisa: Mariana Aquilante Policarpo, Melissa Vivacqua, Adinor Capellesso, Helio Castro Rodrigues, Benjamin Martinel, Eduardo Cordeiro, Anais Lesage, Francisca Meynard, Aglair Pedrosa, Juliana Adriano, Maiara Leonel, Maria Aparecida Ferreira, Sergio Pinheiro

Florianópolis, Junho de 2011

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1-VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS CULTURAIS E NATURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL	4
2- PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: RECURSO LATENTE OU ATIVO ESPECÍFICO DO TERRITÓRIO?	11
3- ATUAÇÃO DE PROJETOS COLETIVOS E INICIATIVAS INOVADORAS DE DTR-IC: PERFIS DAS EXPERIÊNCIAS	15
4- VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS CULTURAIS E NATURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: APLICAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE	27
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35



INTRODUÇÃO¹

Nos últimos anos vem se intensificando o debate acadêmico e político sobre a necessidade de integrar a *dimensão territorial* no planejamento de novas estratégias de desenvolvimento. Esta tendência pode ser entendida como parte de um esforço de redução das contradições, das incertezas e dos riscos de um processo de globalização. No que diz respeito à zona costeira do Estado de Santa Catarina (sul do Brasil), com a constatação de um processo de intensificação progressiva dos impactos socioambientais das dinâmicas em curso de desenvolvimento, com sérias repercussões na qualidade de vida das populações rurais e pesqueiras tradicionais, vem se tornando mais nítida a necessidade de se estimular uma nova modalidade de (i) utilização ecológica e socialmente sustentável do potencial ali existente em termos de recursos naturais renováveis e (ii) de valorização do patrimônio cultural das comunidades pesqueiras e rurais tradicionais.

Nesta perspectiva, o objetivo central do nosso artigo é analisar as relações envolvendo a **valorização dos ativos culturais** e o **desenvolvimento territorial sustentável (DTS)** na **zona costeira**, tentando comprovar em que medida a valorização do patrimônio cultural pode ser considerada como um item essencial de um processo de criação de oportunidades de inclusão econômica, social e política das **comunidades tradicionais de pescadores/agricultores de origem açoriana**.

De acordo com os estudos anteriores, a região costeira pode se caracterizar como um território que vivencia uma profunda mutação fundamentalmente ligada aos processos de litoralização da população, à chegada de novos habitantes, à extensão das bacias de industrialização e dos pólos urbanos. Ela possui dinâmicas contraditórias de desenvolvimento local com grupos de atores distintos – locais e extra-territoriais – tendo visões diferentes sobre o futuro do território. Estas dinâmicas revelam um importante processo de diversificação dos sistemas agrícolas incluindo novas atividades de serviços e de pluriatividade, bem como a emergência de novas estratégias de qualificação dos produtos ou dos territórios mobilizando ativos culturais e naturais (como por exemplo saber-fazer locais, paisagens, patrimônio material e imaterial e folclore). Essa diversidade faz com que o principal fator de desenvolvimento não esteja essencialmente relacionado ao patrimônio cultural, mas que conta com a presença de uma multiplicidade de iniciativas de valorização dos ativos culturais micro e muitas vezes marginais. Assim, vários desafios e questionamentos perduram em relação à contribuição da valorização dos ativos culturais nas dinâmicas territoriais exitosas (crescimento econômico com inclusão social, equidade e sustentabilidade ambiental).

¹ O estudo foi coordenado e realizado por pesquisadores e estudantes vinculados a diversos departamentos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o apoio de uma universidade pública estadual (UDESC) e uma organização estadual de pesquisa e extensão rural (EPAGRI), das prefeituras dos municípios costeiros e de seus representantes, e de várias organizações não-governamentais (AMA, ACOLHIDA NA COLÔNIA, CAIPORA e Fórum da Agenda 21 de Ibiraquera). As atividades desenvolvidas guardaram sintonia com iniciativas recentes do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) voltadas para o fomento de sistemas produtivos locais. Nesta etapa, buscou-se aprofundar a identificação de inovações sociotécnicas consideradas pertinentes em duas regiões: o **litoral centro-norte (LCN)** e o **litoral centro-sul (LCS)** do Estado de Santa Catarina. Para tanto, foram consultados vários instrumentos de comunicação elaborados por várias instituições governamentais e privadas, além da aplicação de questionários e da realização de entrevistas semi-estruturadas junto a diferentes atores e organizações públicas, para-estatais e privadas que mantêm políticas, programas ou projetos incidentes na região. A equipe de pesquisa utilizou também procedimentos de observação participante, tendo participado intensamente de seminários, reuniões plenárias e oficinas promovidas principalmente pelos técnicos vinculados aos escritórios regionais e municipais da EPAGRI, além de representantes da sociedade civil nos dois territórios selecionados.



- Como esses ativos culturais e naturais podem se tornar um vetor de criação e de perenização de diversas atividades para as comunidades tradicionais dos territórios rurais?
- Quais seriam os arranjos institucionais – formais e informais – adequados para a promoção e o fortalecimento das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável e das iniciativas de DTR-IC?
- Quais seriam as modalidades de ações públicas para estimular e promover esses tipos de dinâmicas territoriais que chamamos de dinâmica de desenvolvimento rural com identidade cultural (DTR-IC)?

Para responder a estas interrogações, propomos realizar um exercício de avaliação de dinâmicas alternativas de desenvolvimento e de prospectiva territorial a partir de um modelo de análise construído com base em dois enfoques analíticos, permitindo assim avaliar a contribuição das experiências inovadoras² de valorização dos ativos culturais e naturais - também identificadas como estratégias de DTR-IC - no que diz respeito ao processo de especificação dos territórios e dos recursos locais (COLLETIS; PECQUEUR, 1993) e ao processo de fortalecimento das capacidades dos atores de contribuir para o desenvolvimento territorial (COUDEL, 2009; TONNEAU *et al.*, 2009).

Primeiramente, partimos das recentes contribuições teóricas da economia e da geografia territorial para apresentar o modelo de análise utilizado nesta pesquisa. Em seguida, caracterizamos quais são os principais recursos territoriais mobilizados pelos atores do território e as principais experiências inovadoras encontradas. Por fim, a última parte tira algumas lições desta análise para ações e programas públicos potenciais com o objetivo de estimular e promover processos de desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural³.

1. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS CULTURAIS E NATURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Esta parte visa esclarecer e propor um modelo de análise para avaliar a contribuição das estratégias de valorização dos ativos culturais num processo de desenvolvimento territorial sustentável, bem como explicar a emergência de dinâmicas territoriais ganhadoras⁴.

² Considera-se como sendo as experiências inovadoras ou inovações sócio-técnicas toda nova abordagem, prática, intervenção ou ainda todo novo produto implementados como respostas pelos diversos atores sociais para melhorar ou solucionar uma problemática socioambiental – no nível das instituições, das organizações ou mesmo das comunidades. Isto está intimamente associado ao conceito de empreendedorismo, mas à luz de uma concepção alternativa de eficiência econômica (economia plural). Nesse sentido “a inovação é considerada como resultado de um “processo social” composto por interações entre trabalhadores, cientistas, empreendedores, financiadores, homens políticos, usuários e consumidores que formam as diferentes redes sociais que compõem um território” (ANDION, 2007, apud Levesque, 2006, p.300). O levantamento dessas iniciativas considerou quatro etapas: 1) Diagnóstico preliminar pela equipe do projeto (abril/2009); 2) Levantamentos em oficinas de trabalho com atores locais (LABTER, outubro/2009); 3) Levantamento pelas prefeituras municipais (março – junho/2010); e 4) visitas e entrevistas com atores-chave em algumas dessas experiências (agosto/2009 – setembro/2010).

³ Em Santa Catarina, a proposta de DTR-IC tem assumido a forma de DTS-IC, com o termo *sustentabilidade* substituindo o termo *rural*. Isto não porque as experiências catarinenses sejam “mais sustentáveis” ou “menos rurais” do que as de outros territórios. Na essência, DTR e DTS são propostas semelhantes. O uso do termo DTS visa enfatizar a questão da sustentabilidade, principal desafio em Santa Catarina, minimizar a idéia de “separação” entre o rural o urbano (que muitas vezes limita processos territoriais). Busca também promover e potencializar o diálogo e a integração entre as diversas entidades e setores atuantes no território, visando articular e convergir políticas, ações e projetos em um processo de desenvolvimento sustentável baseado nas riquezas e identidades sócio-culturais do território. Mas, para esta pesquisa, para fins práticos, designamos esta proposta também de DTR-IC.

⁴ Não se trata aqui portanto de discutir a relação entre cultura e desenvolvimento, objeto de numerosos debates nas ciências sociais. Uma revisão sucinta sobre este tema já foi realizada por pesquisadores do projeto DTR-IC e publicada



Nossa abordagem se situa na continuidade dos trabalhos e das lições alcançadas por Schejtman, Ranaboldo e Fonte no livro *El Valor del Patrimonio Cultural* (2009). Esses autores partem de um conjunto de nove estudos de casos empíricos para desenhar uma primeira aproximação das relações entre ativos culturais e desenvolvimento rural. As primeiras conclusões confirmam o rol dinamizador desses ativos culturais nas economias locais e na luta contra a pobreza. São apontadas a riqueza e a diversidade dos recursos culturais e naturais nas áreas estudadas, e a importância da conexão com mercados dinâmicos, como o turismo, e os mercados locais e distantes (indicação geográfica). As conclusões ressaltam também uma série de debilidades: por um lado, relacionadas à fraca influência dos protagonistas desses tipos de iniciativas (seja individuais ou coletivas) na governança local; e, por outro, as que dizem respeito ao entendimento do nível de articulação dessas iniciativas com as dinâmicas territoriais dominantes. Estas debilidades suscitaram o nosso interesse e se tornaram o ponto de partida para elaborar o modelo de análise aqui utilizado.

Na literatura especializada, a maioria dos estudos sobre as contribuições das estratégias de valorização de ativos culturais e naturais no desenvolvimento territorial rural procuram caracterizá-las focalizando-se na descrição dos ativos culturais, dos atores, das suas redes, das suas estratégias, bem como na avaliação da conexão com mercados dinâmicos, na rentabilidade econômica das iniciativas e na sua capacidade de criar empregos na região (principalmente para mulheres e jovens rurais). Entretanto, esses aportes importantes tornam-se limitados quando essas experiências ficam marginalizadas em um território. O desafio, nesses casos (como é o nosso), é de mostrar que apesar da sua marginalidade e da contribuição limitada em termos de criação de empregos e constituição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios, o conjunto dessas experiências pode ter efeitos importantes para o desenvolvimento territorial e ser um vetor de inclusão social e política da população excluída social, política e economicamente. Mas, esta constatação faz necessário, primeiramente, optar por uma definição de **desenvolvimento territorial rural**, noção que sabemos ser polissêmica. Dentre as numerosas formas de definir e abordar este termo, relevamos dois enfoques cuja definição difere ligeiramente.

O primeiro enfoque parte da definição de desenvolvimento territorial proposta por Deffontaines, Marcelpoil e Moquay (2001): é a capacidade dos atores situados em um território de enfrentar e controlar a sua evolução futura, resultando em inscrevê-los (assim como suas coalizões) no centro da questão do desenvolvimento do território e dos usos dos recursos e do espaço. Neste caso, o território é visto como um espaço de coordenação coletiva, de produção de conhecimentos e de solidariedade baseada na proximidade, e também como um espaço de identidade compartilhada entre seus habitantes.

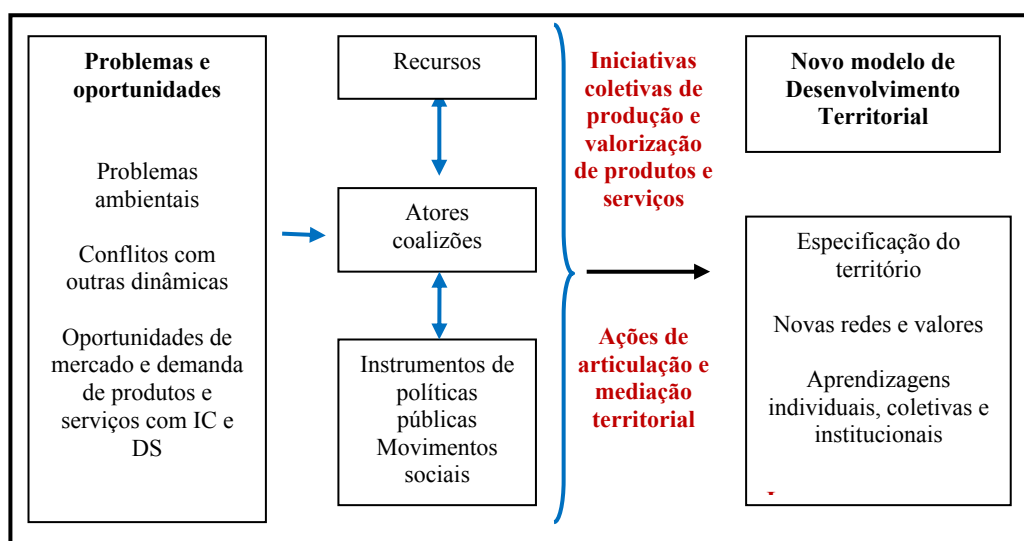
Esta abordagem fundamenta vários programas de políticas territoriais brasileiras atuais (por exemplo, os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, os Territórios da Cidadania e os Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário) (FAVARETTO, 2009; BONNAL; KANO, 2010). Estas recentes modalidades de intervenção pública de apoio a projetos de territórios pressupõem sistemas territoriais caracterizados pela habilidade de seus atores em definir e implementar projetos. Em princípio, estes resultam de um diagnóstico completo feito pelo atores locais que ajuda a identificar pontos fortes e fracos do território e conhecer os seus recursos locais. Fica claro que cada grupo de usuários constrói sua própria representação do espaço e dos recursos e podemos observar intenções variadas e diferentes e, às vezes, fontes de tensão entre os grupos. Nessa perspectiva, analisar a contribuição das iniciativas de valorização dos ativos culturais visa avaliar em que medida os protagonistas, através das suas experiências, se tornam mais hábeis para entender o contexto em que se inserem e em contribuir para construção de novos projetos de territórios.

na Revista Opera (RANABOLDO; FONTE, 2007).



Por sua vez, o segundo enfoque se inscreve nos trabalhos de economia territorial que apostam que o desenvolvimento territorial nos espaços rurais é sustentado por um processo de especificação – entendido como uma combinação entre diferenciação e localização de produtos ou de serviços (COLLETIS; PECQUEUR, 1993). Este enfoque ressalta a importância dos recursos territoriais como um meio de diversificar a oferta do território no sentido atribuído pelo conceito de “cesta de bens e serviços” ou de especificá-la, ou seja, de tornar os recursos patrimoniais e suas formas possíveis de uso características únicas da região, tornando-os portanto não transferíveis a outras regiões. Em outras palavras, trata-se de “*propor e fazer o que o meu vizinho ainda não sabe, ou ainda não pode fazer*”, rumo à conquista de um padrão alternativo de competitividade no mercado. Neste sentido, novos “territórios construídos” podem se consolidar, a partir da especificação dos recursos presentes ou latentes no mesmo – materiais e imateriais⁵. Para tanto, torna-se imprescindível considerar as relações que os grupos humanos estabelecem com os recursos naturais e com as paisagens que constituem não só o seu patrimônio ecológico, mas também o patrimônio econômico (agricultura, pecuária, agroindústria, pesca, caça, etc.) e cultural (religiosidade, folclore, gastronomia, contos e lendas e crenças locais). O nosso desafio é portanto verificar em que medida e como as iniciativas de DTR-IC contribuem para a especificação dos territórios rurais. Isso nos leva a analisar, por um lado, como essas iniciativas se integram na construção e na diferenciação da oferta do território (produtores, artesãos, setor privado, representantes da sociedade civil organizada e do poder público) e, por outro lado, qual é a demanda (consumidores de território: turistas, comunidades locais, atores extra-territoriais) por esse tipo de produtos e de serviços.

FIGURA 1 – Modelo de análise das experiências inovadoras



Fonte: Elaboração própria, adaptada de Maillfert; Scrceni, 2006.

A partir destes dois enfoques, a nossa hipótese de trabalho assevera que as ações dos atores e da suas coalizões em torno da valorização dos ativos culturais e naturais apresenta-se como um

⁵ Esse enfoque apóia-se em dois pressupostos: (i) os recursos territoriais podem estar presentes ou podem ser “construídos”, exigindo para tanto iniciativas endógenas de apropriação coletiva por parte da rede de atores sediados no território; e (ii) esta forma de apropriação coletiva incorpora mecanismos de tomada de decisão.



duplo processo de ativação de recursos e de especificação do território⁶, além de oferecer dinâmicas de aprendizagens individual, coletiva e institucional (Figura 1).

1.1 Valorização dos ativos culturais e especificação dos territórios

O diagnóstico inicial das dinâmicas territoriais evidenciou uma diversidade de iniciativas individuais ou coletivas de valorização dos ativos culturais e naturais. Algumas delas são comuns e encontradas em outras regiões, outras são mais específicas, fruto de saberes e de práticas coletivas compartilhadas apenas entre os habitantes do território. Podemos dizer que existem então distintas combinações entre diferenciação e localização de produtos ou de serviços, ou seja, distintos processos de especificação dos recursos e dos territórios (COLLETIS; PECQUEUR, 2004). Para entender a contribuição da valorização dos ativos culturais nos territórios de estudo, usaremos o modelo de análise elaborado por Peyrache Gadeau, Perron e Janin (2009), que inscreve-se na linha dos trabalhos sobre as produções localizadas e da economia da qualidade (ALLAIRE; BOYER, 1995; NICOLAS; VALCHESINI, 1995; BERARD; MARCHENAY, 2004). Tal modelo parte do fato de que as atuais evoluções dos sistemas agrícolas e alimentares se traduzem por um duplo processo de diferenciação da oferta agrícola (produção orgânica, industrial, familiar, caseira, artesanal, indígena) e de emergência de novos modos de comercialização e de consumo (segmentação da demanda). Em certos mercados (como o comércio justo, étnico ou agroecológico) se trata de consumir um produto típico, mas também de estabelecer novos laços, baseados numa proximidade geográfica, social e mesmo ideológica entre consumidores e produtores. Estas iniciativas abrem perspectivas a favor de uma realocação da produção e do consumo e de uma redefinição dos sistemas de intermediação.

Nesta perspectiva, as evoluções podem ser pensadas a partir de uma dupla entrada, distinguindo:

- Por um lado, os *modelos de diferenciação da oferta relacionados aos critérios de especificidade de produção e de origem*, que destacam: (a) os produtos ou serviços genéricos; (b) os produtos genéricos, mas que tenham uma especificidade no processo de produção (produção integrada ou produção orgânica); (c) os produtos que apresentam uma especificidade de produção (regulamento de uso, cadernos de normas) e de origem (lugar de produção bem delimitado – indicação geográfica por exemplo); e (d) os produtos que tenham uma especificidade territorial, que foi objeto de um processo de patrimonialização, ou seja, que se inscreve num projeto coletivo e seja objeto de valores compartilhados entre os atores do território (algumas das Indicações Geográficas também).
- De outro lado, as *modalidades de diferenciação da demanda com base em critérios de proximidade*, que podem ser classificadas em: (a) o mercado genérico (lojas, feiras, supermercados, ou outros espaços de venda que não valorizam nem a origem do produto nem o produtor); (b) os mercados de proximidade que englobam os espaços de venda que dependem de uma rede de organização (espaço de venda do comércio justo e da rede de agroecologia, por exemplo); ou ainda (c) os mercados territorializados, nos quais a venda direta no local de produção predomina. Entram nessa categoria os espaços de venda onde se encontram produtores e consumidores sensíveis e atentos em valorizar as produções locais,

⁶ A especificação refere-se à possibilidade de produzir um bem único, sem concorrência, que passa por um processo de revelação dos recursos territoriais. As perspectivas de criação de riqueza ou dinâmicas territoriais positivas estão relacionadas à capacidade dos grupos de atores para organizar e desenvolver processos originais de emergência/especificação de recursos (COLLETIS; PECQUEUR, 1993, 2004).



os valores culturais e naturais através do ato da sua compra. As relações entre o consumidor e produtor são muitas vezes associadas a outras atividades⁷.

QUADRO 1 – Modelo de análise do posicionamento dos produtos / espaço

	Oferta genérica	Origina genérica + especificidade da produção	Especificidade da origem + especificidade da produção	Especificidade territorial Patrimonialização
Demande genérica	Produtos genéricos	Produção orgânica	Produtos com marcas territoriais	Indicação geográfica marca territorial
Demanda de proximidade social		Venda direta Feiras, mercados dos produtores	Pesca típica de camarões	Festas religiosas Turismo de vivência
Demanda de proximidade territorial	Pesque e pague Turismo rural	Rede de compras coletivas	Acolhida na colônia/turismo de vivência Produto slow food	Festas culturais e religiosas Marcas territoriais, IG

Especificação / territorialização 

Fonte: Adaptado de Peyrache Gadeau, Perron e Janin, 2009.

Deste modelo pode ser construída uma tipologia de situações que podem nos ajudar a entender e visualizar a contribuição de produtos determinados para o desenvolvimento sustentável de um território dado. Ressalta-se que os recursos territoriais, base das vantagens diferenciadoras para os territórios, são aqueles em que a oferta territorial de produtos e de serviços encontra uma demanda de mesma natureza (demanda de proximidade social e/ou ancoragem territorial). A realização de entrevistas⁸ com os protagonistas de uma amostra de experiências de valorização de ativos culturais juntamente com os técnicos que os acompanham, além de alguns consumidores e representantes do Poder Público, nos ajudou a situar a contribuição do conjunto de experiências no processo de especificação ou de revelação dos territórios.

1.2 Valorização dos ativos culturais e dinâmicas de aprendizagem para o DTS

Hoje, a ênfase é dada às políticas territoriais, que, como já dito anteriormente, a maioria prevê a realização de diagnóstico territorial, a definição de novos territórios e de projetos. De acordo com Tonneau *et al.* (2009), para avaliar estas experiências de desenvolvimento territorial deve-se levar em consideração a autonomização e o fortalecimento da capacidade dos atores locais em contribuir para o desenvolvimento territorial – capacidade essa de mobilizar conhecimentos para um processo de ação, qualificada de competência (COUDEL, 2009). “Nessa perspectiva, não se pode falar de desenvolvimento territorial sem fazer referências ao *“empowerment”* (empoderamento), definido como o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais” (TONNEAU; VIEIRA, 2006, p. 318). Assim, quanto mais competentes e informados são os moradores de um território, melhores são as suas capacidades para enfrentar novos desafios e inventar respostas apropriadas a eles. Diante disso, analisar a contribuição das iniciativas de valorização dos ativos culturais corresponde a avaliar em que medida os protagonistas, através de suas experiências, se tornam mais hábeis para entender o contexto em que se inserem e como contribuir para a construção de novos projetos de território. Com este objetivo, confrontamos uma amostra de experiências de DTR-IC a partir de um trabalho de avaliação de um sistema de formação no

⁷ Como visitas aos locais de produção; *farinhada* aberta ao público; eventos festivos em propriedades rurais; compra antecipada da produção; colheita direto na propriedade (colha-e-pague, pesque-e-pague).

⁸ As entrevistas trataram principalmente de caracterizar os produtos e suas especificidades, as estratégias de comercialização, o tipo de mercado visado e os perfis dos consumidores dos produtos ou dos serviços.



campo⁹ desenvolvido na região Nordeste do Brasil (COUDEL, 2009; TONNEAU *et al.*, 2009)¹⁰. Este trabalho de avaliação foi realizado por Coudel, que elabora um roteiro de análise construído a partir dos últimos avanços teóricos e práticos das ciências da educação e da gestão (dinâmica da aprendizagem). A autora distingue três níveis de capital: o capital humano, o capital social e o capital institucional (ver Box 1: competências e capitais para o desenvolvimento territorial) .

BOX 1

Competências e capitais para o desenvolvimento territorial

“Para agir os indivíduos (dotados de um capital humano, conhecimentos e competências) se relacionam entre si, fortalecendo o capital social (redes de atores e valores comuns), em dispositivos que consolidem o capital institucional (organização, regras, relação e diálogo com as instituições e os outros atores” (TONNEAU *et al.*, 2009, p. 5).

Nesta perspectiva, o *capital humano* refere-se à aquisição de novas competências e de novos conhecimentos a nível do indivíduo e à sua capacidade de entender as mudanças e os desafios de seu território.

O *capital social* é construído dentro do coletivo, depende das relações entre os membros do grupo, o papel de líder, a presença de um clima de confiança entre seus membros, a construção de valores compartilhados e o reconhecimento dos recursos territoriais, sobretudo no que diz respeito às características naturais e culturais do território.

O *capital institucional* refere-se à capacidade de uma organização em interagir com outras organizações ou representantes de instituições públicas presentes no território. São distintas a capacidade de uma organização em interagir com aqueles que estão próximos (na mesma linha de pensamento e de atuação) e outros que são mais distantes e que tem visão e projeto de território completamente distintos. A perenidade e o reconhecimento da organização no território são igualmente consideradas.

Fonte: COUDEL, 2009.

A partir desse modelo, a autora estabeleceu uma lista de indicadores precisando o potencial da formação para o fortalecimento e o uso desses capitais e das competências adquiridas. Para nossa pesquisa, adaptamos esses elementos já a partir das primeiras entrevistas, focando-se nas questões relativas aos ativos culturais e à aquisição de novos conhecimentos (ligados ao saber fazer local). Os indicadores observaram uma única ordem de grandeza (uma graduação entre fraca e forte numa escala de 1 à 5 – 5 sendo a graduação mais importante). As notas foram atribuídas a partir de entrevistas realizadas junto aos líderes ou membros de onze estudos de casos, todas elas sendo experiências coletivas de valorização de ativos culturais. Os elementos e indicadores estão apresentados no Quadro 2 a seguir.

⁹ UNICAMPO, experiência de universidade camponesa no Cariri Paraibano – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

¹⁰ Esse exercício associou pesquisadores e parceiros da Universidade Federal de Campina Grande. Para maiores detalhes, ver a tese de doutorado de Coudel, « Formation et apprentissages pour le développement territorial : regards croisés entre économie de la connaissance et sciences de gestion. Réflexion à partir d'une expérience d'Université Paysanne au Brésil » publicada em 2009.



QUADRO 2 – Elementos de avaliação das experiências de DTR-IC no litoral centro-norte e centro-sul catarinense

Tipo de capital	Principais elementos
Capital humano	<ul style="list-style-type: none"> – Aquisição de novos conhecimentos – Diversidade dos conhecimentos – Capacidade de entender os principais desafios do território (contextualização) – Capacidade de elaborar novos projetos – Valorização da cultura
Capital social	<ul style="list-style-type: none"> – Relação líder/participante – Confiança reciprocidade entre os membros das experiências – Relação com outros atores (próximos) – Relação com outros atores (distantes) – Existência de espaços de encontro e de debate
Capital institucional	<ul style="list-style-type: none"> – Capacidade de mobilização e de organização – Legitimidade do grupo – Ligação com instituições do território ou conexões transescalares – Diversidade dos parceiros – Estabilidade/perenidade da organização

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas com pessoas chaves, adaptado de Coudel, 2009.

De acordo com o Quadro 2, considerou-se as iniciativas de valorização de ativos culturais e naturais como experiências em que o empreendedor (ou a empreendedora) adquire novos tipos de conhecimentos, podendo estes ser ligados ao artesanato (técnicas de produção), ao folclore (canção, história, lendas), à agricultura ou à pesca artesanal. Entendemos também que a participação nesse tipo de iniciativas pode levar os membros a interagirem e a discutirem sobre temas mais amplos e ligados à evolução dos territórios. Nessa discussão, eles podem integrar e perceber novos desafios ou oportunidades para o seu território, para a sua comunidade ou para a sua família.

Além disso, sentimos necessidade de separar as relações com os atores próximos e com os atores distantes – no sentido ideológico – porque, no contexto de território, onde há dinâmicas territoriais contraditórias ou potencialmente conflituosas, observa-se muitas vezes dificuldades no diálogo das micro-experiências com os outros. Assim, a presença de articulação com os atores próximos (com as mesmas visões sobre o território) não garante a possibilidade de ter negociação ou discussão com o conjunto dos atores do território (que tem visão oposta, ou seja, os atores distantes).

Antes de apresentar mais detalhadamente as diferentes iniciativas de DTR-IC e aplicar este modelo de análise, parece importante caracterizar melhor os recursos territoriais das regiões costeiras, inclusive os ativos territoriais e quais são os seus níveis de apropriação e de mobilização pelos atores locais através da análise das imagens dos folders que promovem o turismo na zona costeira catarinense.



2. PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: RECURSO LATENTE OU ATIVO ESPECÍFICO DO TERRITÓRIO?

De acordo com as contribuições recentes da geografia e da economia territorial, a valorização dos recursos territoriais constitui uma vantagem comparativa importante para os territórios. Entretanto, esta literatura indica ainda que parte desses recursos não é sempre percebida pelos atores como tal, ou é pouco mobilizada nas estratégias de desenvolvimento. A fim de comprovar esta hipótese, nosso ponto de partida foi primeiro verificar qual era o nível de apropriação e de mobilização do patrimônio cultural e natural pelo conjunto dos atores públicos e privados do território. A metodologia usada para realizar esse trabalho foi a de analisar como eles vêem o seu território, e isso se deu através da consulta dos folders publicitários e turísticos e da realização de entrevistas com os próprios atores locais e extra-territoriais destas regiões.

A análise das imagens dos folders que visam promover o turismo no litoral de Santa Catarina permitiu evidenciar as estratégias de comunicação dos atores do território. É uma maneira de ver como as instituições públicas e privadas “vendem” a zona costeira catarinense, e indiretamente nos permitem verificar qual é o nível de apropriação dos recursos do patrimônio cultural e natural pelos atores do território. Na Tabela 1 e no Gráfico 1 abaixo está relacionado o número de imagens por categoria analisada¹¹.

TABELA 1 – Levantamento das imagens nos folders promovidos pelos territórios

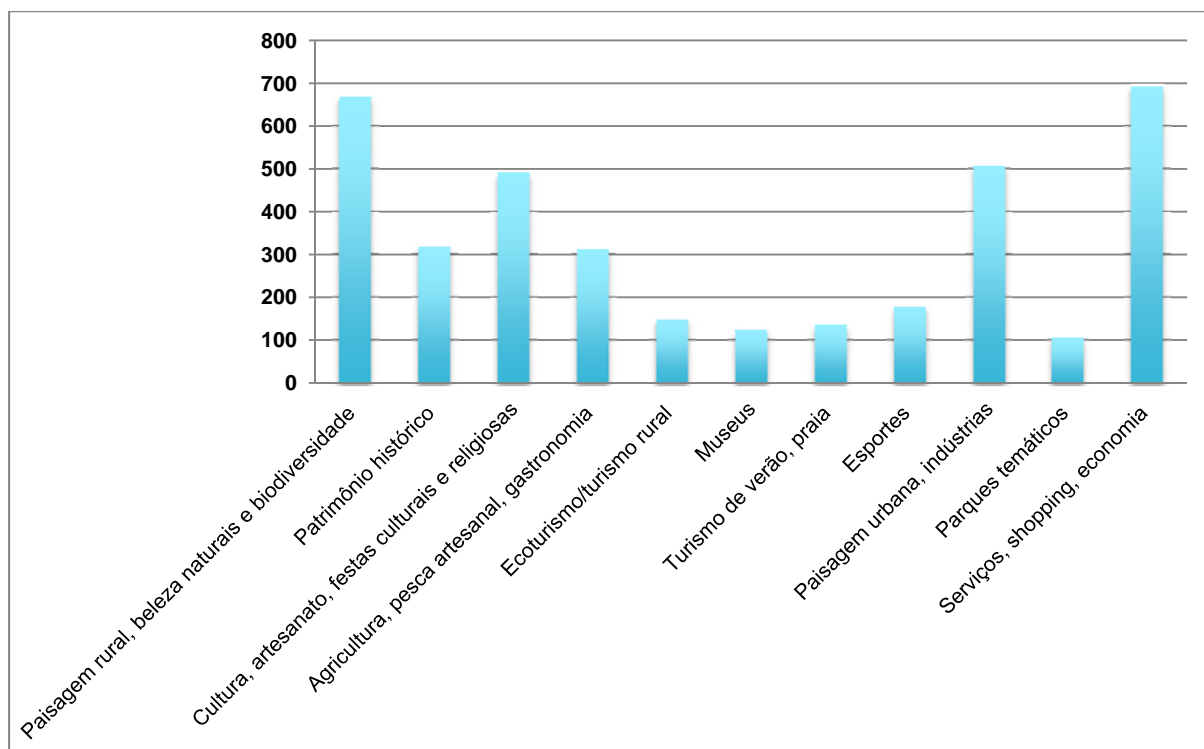
Categorias	Imagens	
	Número de imagens	%
Paisagem urbana, beleza natural e biodiversidade	669	18,18
Patrimônio histórico	318	8,64
Cultura, artesanato, festas culturais e religiosas	491	13,34
Agricultura, pesca artesanal e gastronomia	311	8,45
Ecoturismo, turismo rural	149	4,05
Museus	124	3,37
Turismo de verão, praias	135	3,67
Esportes aquáticos	178	4,84
Paisagem urbana, indústrias	507	13,78
Parques temáticos	105	2,85
Serviços, shopping, economia	693	18,83
Total	3680	100

Fonte: Pesquisa, 2010.

¹¹ A metodologia consistiu primeiro em levantar e classificar as 3680 imagens de 70 diferentes folders de promoção do território.



GRÁFICO 1 – Levantamento das imagens nos folders promovidos pelos territórios



Fonte: Pesquisa, 2010.

Esta análise dos folders evidencia que há um equilíbrio de imagens que se referem à cultura e à natureza (belezas naturais) e as imagens que destacam os serviços (lazer, shopping, comércio). De modo geral, algumas das categorias analisadas nos folders contêm elementos que já fazem parte do “*écrin*” do território da zona costeira catarinense: a cultura local, a paisagem, as igrejas e outros patrimônios territoriais e as amenidades ambientais (florestas, costão, mar, etc.). Outras, entretanto, precisam necessariamente de uma **comunidade tradicional “viva”** para que possam existir e se reproduzir. É o caso, por exemplo, das imagens que se referem ao artesanato, às festas, à gastronomia, aos barcos de pesca, à agricultura familiar e tradicional e aos engenhos de farinha. Ou seja, parte dos elementos utilizados para “vender” o território dependem, para sua existência, dessas comunidades tradicionais, dos agricultores familiares, dos pescadores artesanais, do artesanato local, do meio ambiente conservado e da tradição cultural mantida por eles. Desse modo, existe um paradoxo: as instituições públicas e privadas que promovem o desenvolvimento e a urbanização do território, e que possuem tendência à exclusão social e econômica destas comunidades, são as mesmas que fazem uso delas, de seus costumes e de seu modo de vida tradicional para promover e tornar o território conhecido.

Comparando os dois casos específicos do litoral centro-norte e do litoral centro-sul de Santa Catarina, durante a pesquisa verificou-se que as imagens utilizadas pelos folders diferem um pouco. No primeiro caso, destacam-se os parques temáticos, o turismo de verão, os serviços, a economia e a paisagem urbana, enquanto que no segundo as principais imagens dizem respeito à paisagem natural, à biodiversidade e à prática de esportes. De maneira diversa, no litoral centro-sul, cujo processo de urbanização é menos intenso, trabalha-se mais com as imagens dos recursos naturais e da paisagem natural. Ainda, por ser uma região que contém uma Área de Preservação Ambiental, muitas imagens remetem à baleia franca, espécie protegida por esta unidade de conservação. Em relação às outras categorias, elas se encontram de maneira



semelhante nas duas áreas, especialmente a questão cultural, o artesanato e as festas culturais e religiosas. Isso não quer dizer que não há espaço rural no litoral centro-norte, como já buscamos demonstrar anteriormente (CERDAN *et al.*, 2011), mas sim que os atores do território não identificam estes elementos como recursos específicos.

Estas últimas observações nos levam a refletir sobre a capacidade dos atores locais não somente em identificar os recursos latentes ou mesmo revelados, mas também em avaliar melhor as potencialidades da sua valorização, numa perspectiva de desenvolvimento de atividades econômicas, oferecendo oportunidades de integração da população em situação mais precária, e reforçando a coerência das atividades econômicas com a identidade local. Quando comparamos os resultados do levantamento das imagens dos folders com os dados obtidos através da aplicação dos questionários junto aos atores locais, evidenciamos uma diferença de percepção dos recursos territoriais feita por eles, mais especificamente entre o que é assimilado ou apropriado coletivamente como recurso específico do território e o que não é – ou deixou de ser.

GRÁFICO 2 – Recursos territoriais segundo os atores dos dois territórios



Fonte: Pesquisa de campo e questionários, 2010.

De acordo com os dados, é possível observar que para as comunidades rurais as festas religiosas são um recurso significativo para o território, representando 68% dos recursos citados, seguido dos engenhos de farinha (27%), do artesanato (25%) e das festas culturais (23%)¹² – Gráfico 2. A religiosidade sempre foi característica marcante das comunidades tradicionais, e por isso é que as festas religiosas são ainda hoje consideradas importantes pelos atores. Inclusive, os festejos sempre estiveram ligados às atividades da pesca e da agricultura¹³. Contudo, existe um ressentimento em razão das modificações ocorridas nos festejos comunitários. Alguns deixaram de existir ou se restringiram apenas a algumas comunidades e perderam visibilidade – para 88% dos entrevistados, estes recursos estão diminuindo significativamente nos últimos anos, apesar de sua importância social, cultural e econômica, evidenciando assim um paradoxo. Outras festas religiosas mudaram o foco, e, de uma festa de lazer, celebração e integração entre diferentes comunidades, passaram a ser apropriadas por setores públicos e privados e direcionadas para a lucratividade, fazendo com que perdessem sua especificidade e, por decorrência, sua importância sociocultural. Como muitas pessoas afirmaram nas entrevistas, em

¹² No questionário foi dada aos atores a opção de mais de uma resposta para esta questão.

¹³ No rol das principais festividades os participantes enfatizaram a importância da Festa do Padroeiro, de Nossa Senhora dos Navegantes, do Nosso Senhor dos Passos e a Procissão das Cruzes. A alternância das atividades produtivas (pesca e agricultura) e das festas religiosas ou culturais está detalhada no Informe 2 A (setembro, 2010).



muitos casos as festas não contemplam mais as comunidades e estão focadas apenas para atrair turistas.

Este fenômeno nos leva a considerar três níveis de apropriação dos recursos territoriais. Alguns exemplos estão apresentados na Figura 2.

- Nível ou Fase 1: os recursos estão presentes no território, portanto não são reconhecidos pelos seus atores como elemento importante. Em geral não são valorizados, ou foram de maneira individual. Como exemplo podemos citar a presença de um artesanato original¹⁴ e o beneficiamento dos produtos da pesca – camarões que são vendidos de forma anônima;
- Nível ou Fase 2: os recursos estão reconhecidos como uma vantagem diferenciadora, por um coletivo de atores do território (produtos da agroecologia, festas comunitárias, corridas de canoas);
- Nível ou Fase 3: os recursos participam da constituição da identidade do território e estão reconhecidos e valorizados pelo conjunto de seus atores. Elas integram o patrimônio coletivo e se tornam um bem comum a todos. Esses recursos são objetos de iniciativas coletivas de valorização contribuindo para o reconhecimento de valores compartilhados entre uma pluralidade de atores territoriais do setor privado e público (é o caso da pesca da tainha e das belezas naturais presentes nos dois territórios e da Baleia Franca na região do litoral centro-sul).

FIGURA 2 – Os três principais níveis de apropriação dos recursos territoriais pelos atores dos territórios



Fonte: Elaboração a partir das entrevistas com atores do DTR-IC, 2009 e 2010.

Os levantamentos realizados confirmam a importante dotação dos territórios costeiros em termos de recursos naturais e culturais. Quatro fatos retiveram nossa atenção:

¹⁴ Como a fabricação de barcos de pesca em miniatura e o artesanato realizado a partir dos produtos da terra (raízes, folhas, etc.).



- Os recursos culturais e naturais mobilizados pelos atores locais ou extra-territoriais dependem na sua maioria das comunidades tradicionais (festas religiosas, paisagens naturais mantendo ou refletindo uma atividade de pesca ou de agricultura tradicional);
- Os níveis de apropriação dos recursos territoriais pelos atores locais são muito variáveis. Muitos deles portanto ainda podem ser identificados como latentes. Isso representa um potencial importante em termo de valorização e de integração das comunidades tradicionais no processo de DTR;
- Numerosos ativos estão sendo mobilizados e participam do processo de diferenciação dos territórios costeiros sem que haja esforço para garantir a perenidade desses ativos (como a beleza natural e os produtos gastronômicos tradicionais);
- Existe uma constatação compartilhada entre membros da comunidade de que os recursos naturais e culturais estão diminuindo ou passam por uma profunda transformação (mercantilização de festas tradicionais, perda de valor simbólico e cultural, por exemplo). Portanto, os atores locais e extra-territoriais tem visões distintas sobre os recursos e ativos do território e a forma de valorizá-los.

3. ATUAÇÃO DE PROJETOS COLETIVOS E INICIATIVAS INOVADORAS DE DTR-IC: PERFIS DAS EXPERIÊNCIAS

Partindo-se da constatação de que o litoral dispõe de um rico patrimônio cultural e natural, forjado num processo contínuo de hibridização e de recriação que vem se intensificando ao longo dos últimos tempos e de que os recursos naturais e culturais são mobilizados de formas diferenciadas por diferentes atores, esta parte visa apresentar de forma sucinta algumas iniciativas de DTR-IC que foram identificadas nas duas áreas de estudo.

A pesquisa realizada apontou mais de 50 iniciativas inovadoras e projetos coletivos de promoção de DTR-IC com origens distintas que buscam reconectar ou ancorar as atividades de dinamização socioeconômica em ambos os territórios, reafirmando ao mesmo tempo uma identidade territorial específica numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. No rol dos seus principais promotores incluímos: (i) indivíduos e grupos privados, (ii) as Prefeituras Municipais (com seus projetos de promoção cultural), (iii) as associações de base comunitária, (iv) os movimentos sociais, e (v) a diversidade de órgãos públicos e da sociedade civil (ONGs), incluindo as Universidades – públicas e privadas. Assim, estamos diante de três tipos de experiências distintas. O primeiro diz respeito às *iniciativas impulsionadas pelos programas e políticas públicas federais e estaduais*; o segundo, trata-se daquelas *iniciativas que surgem por meio das ações de instituições do Poder Público* que atuam no território; o terceiro são aquelas que *nascem na comunidade, seja pela ação individual ou coletiva*. Tais iniciativas podem ser isoladas (fraca articulação) ou terem conexões com outros atores sociais nos diversos níveis institucionais (forte articulação)¹⁵.

Através da pesquisa, onze delas foram escolhidas como estudos de caso. Para apresentá-las, considerando suas especificidades, um pequeno roteiro foi elaborado de modo a destacar: a origem da iniciativa e sua história, inclusive sua relação com a cultura açoriana; o local em que ela está inserida; seu raio de atuação e nível de inserção no mercado; as principais atividades ali desempenhadas, assim como os principais produtos e serviços de que dispõem; seu modo de

¹⁵ Dentre as experiências selecionadas por esta pesquisa para um estudo mais aprofundado, oito delas tiveram origem comunitária, seja individual ou coletiva, e três iniciaram-se a partir de ações de instituições do Poder Público, sendo que duas destas também tiveram apoio de programas e políticas públicas (Feira Livre de Itapema que existe em conjunto com a Casa do Produtor do mesmo município e o Mercado do Produtor de Garopaba).



funcionamento; os atores envolvidos, os órgãos de fomento e as principais parcerias; suas potencialidades; e desafios para o futuro.

3.1 Litoral Centro-Norte

No território do litoral centro-norte há uma diversidade de iniciativas em curso. Destacam-se o envolvimento de órgãos federais (IPHAN¹⁶, MPA, EPAGRI), das Prefeituras municipais, das ONGs, das universidades da região, da rede pública e privada de ensino, das comunidades locais e da sua representação. De modo geral, elas apresentam um forte componente de endogeneidade, ao serem deflagradas e mantidas pelas próprias comunidades (liderança local, mulheres, grupo de amigos ou de pescadores, etc.), em parceria com diversas instituições governamentais e não-governamentais. Existe também uma gama bastante diversificada de associações e organizações cujo raio de atuação varia da escala do litoral centro-norte como um todo ao nível de um dado município (como uma associação de moradores de um bairro ou de uma praia). As principais ONGs presentes no território são organizações ambientalistas, promovendo a educação ambiental e também modelos integrados e participativos de gestão dos recursos naturais – entretanto, as ONGs e as associações de cunho cultural são ainda embrionárias. A seguir estão destacadas as principais iniciativas presentes neste território, analisadas por nossa pesquisa.

3.1.1 Iniciativas culturais

Instituto Boi Mamão

A experiência do Instituto Boi Mamão visa a valorização da cultura de base açoriana em termos de sua arquitetura, gastronomia, literatura popular, danças, músicas, crenças e artesanato, sendo considerada uma iniciativa comunitária individual com forte articulação com o Poder Público federal – foi originada na própria comunidade local, mas impulsionada por uma pessoa que veio de fora do município. É uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, localizado em Bombinhas e criado em 1998, que surgiu inicialmente com o intuito de manter a memória cultural e salvaguardar usos e costumes de uma vila de pescadores emancipada apenas em 1992. Em 1999, iniciou-se um outro objetivo: mapear e fazer voltar ao funcionamento os engenhos de farinha dessa região¹⁷. Parte deste trabalho resultou em um projeto apoiado pelo MinC/IPHAN, para criação de um Museu Histórico na comunidade de Bombinhas. Hoje, esse museu é conhecido como *Engenho do Sertão*, que além de atrativo turístico-cultural, tornou-se sobretudo referência histórica do lugar, sendo local de palestras e de visitas, oficinas de cultura e cidadania, arte-educação e eventos sócio-culturais. É considerado um *Acervo Histórico em Movimento*, inserido no cadastro nacional de museus como *Museu Comunitário*, cujo espaço tornou-se um meio de garantir a participação dos indivíduos na vida cultural da cidade, incentivando a recreação, a produção, divulgação e fruição desses bens culturais, oportunizando práticas culturais e educativas que incluam linguagens artísticas e aspectos do patrimônio cultural local, incorporando os recursos materiais e humanos da comunidade e do entorno.

Um dos focos também do Instituto Boi Mamão é a capacitação dos jovens (10 a 16 anos) de Bombinhas, como instrumento de educação complementar cuja intenção é a troca, o

¹⁶ O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), que encarrega-se da preservação, divulgação e fiscalização dos bens culturais brasileiros.

¹⁷ No município existem hoje quinze engenhos de farinha. Oito deles ainda estão em pleno funcionamento, devido ao trabalho desenvolvido pelo Instituto Boi Mamão.



fortalecimento e o exercício da cidadania. Neste sentido, há o projeto Alecrim Dourado, que trabalha com crianças nativas da região, com foco no desenvolvimento musical delas.

Dentro do Engenho do Sertão outros projetos estão em andamento, como a Escola da Terra. Esta iniciativa tem parceria com a Prefeitura Municipal de Bombinhas, cuja proposta é trabalhar com a educação ambiental e patrimonial através da agroecologia, desenvolvendo roças antigas, hortas comunitárias, abrigo para produção de mudas, canteiros bioativos e compostagem.

Mais recentemente, constituiu-se também o Núcleo Agrícola de Produção Orgânica (NAPO) para a produção de mudas de hortaliças, plantas nativas e bioativas, como forma de complementar a educação ambiental ali trabalhada, e o Núcleo de Ação e Criação Artesanal (NACA), que propõe a identificação, a recriação e o fomento do artesanato da região, com base na cultura açoriana. O espaço conta também com a venda de produtos artesanais e comidas típicas, como a concertada¹⁸ e bijus de farinha de mandioca.

Os principais parceiros desta iniciativa são a EPAGRI, que promove cursos voltados para as mulheres, especialmente de artesanato (como de panos, tear, bonecas, papel reciclado, cerâmica, e também de doces caseiros), e o SEBRAE, que oferece consultoria especialmente para a comercialização dos produtos artesanais. Entre os principais órgãos de fomento estão o Governo Federal, o IPHAN, a Prefeitura Municipal de Bombinhas e a Secretaria de Cultura do Estado de Santa Catarina.

Estas iniciativas colocadas em prática a partir do Instituto Boi Mamão são muito importantes para a região pois são exemplos de valorização dos ativos culturais do território, além de poderem vir a ser integradas às experiências de turismo comunitário que pretendem ser desenvolvidas no território, apresentando-se também como um espaço de organização social de artistas e artesãos. Entretanto, é necessária ainda uma maior integração com outros setores produtivos, já que o foco principal é a cultura, tendo iniciativas ainda recentes de trabalho com produção agrícola e artesanal, e um maior apoio de instituições municipais públicas e privadas, pois a maioria do financiamento das atividades ainda vem do governo estadual e principalmente do governo federal.

Grupos folclóricos

A pesquisa demonstrou o potencial dos grupos folclóricos da região. Eles vêm se constituindo a partir de iniciativas individuais ou coletivas da própria comunidade na base de um processo recente de valorização da identidade cultural. Além de propiciar a preservação do patrimônio material e imaterial da região, criam oportunidades de geração de emprego e renda vinculadas às atividades não-agrícolas. Do ponto de vista econômico, os grupos folclóricos, entendidos como mecanismos informais de educação popular, evidenciam características da identidade de base açoriana contidas nos produtos e favorecem a distinção do artesanato com identidade cultural de outros artesanatos “genéricos”. Estes grupos existentes no litoral centro-norte preservam assim aspectos típicos do folclore local, e se mostram como uma experiência de resistência e de conservação do patrimônio imaterial.

O folguedo do Boi de Mamão¹⁹ é uma das manifestações folclóricas mais populares para o território do litoral catarinense, existente desde a década de 1930 em Santa Catarina devido à “cultura do boi” trazida pelos imigrantes açorianos. Além do Instituto Boi Mamão em Bombinhas

¹⁸ Essa bebida tem origem açoriana, e trata-se de um café “consertado”, geralmente a sobra do dia anterior. Para fazer a bebida, é necessário esquentá-lo novamente e acrescentar gengibre, cravo, canela e cachaça.

¹⁹ O Boi de Mamão é um folclore presente do sul do Brasil até o Norte na Amazônia, mas os personagens e as seqüências das cenas apresentam variações importantes entre as regiões.



que trabalha de forma constante com este folguedo, em Porto Belo temos o grupo de cultura popular Nativos da Carioca, composto de vinte jovens que cantam e encenam o Boi de Mamão durante todo o ano – jovens estes descendentes de grandes brincadores de Boi de Mamão do município.

O Terno de Reis também constitui-se em um outro exemplo de uma forte tradição cultural entre os habitantes do litoral centro-norte, que teve origem portuguesa e também chegou ao Brasil através dos colonizadores. É um período em que cantadores e instrumentistas percorrem as cidades (com seus instrumentos feitos de maneira artesanal) entoando versos relativos à visita dos reis magos ao menino Jesus. Em Balneário Camboriú destaca-se o grupo de Terno de Reis de Taquaras, que leva essa tradição para muitos pontos do Estado.

Em Porto Belo também destaca-se o Projeto Arteiro, iniciativa da Fundação Municipal de Cultura, que trabalha com crianças, jovens e adultos do município fomentando a cultura popular por meio de oficinas de arte, como a da cerâmica utilitária e figurativa e de instrumentos e músicas do folclore local. Mesmo tendo a cultura como foco, é uma iniciativa que integra a pesca, o artesanato, a literatura popular, a agricultura familiar e o folclore, sendo que muitos grupos se formam a partir deste projeto e se apresentam em toda a região.

De maneira geral, a experiência dos diversos grupos folclóricos já apresenta, mesmo que de forma incipiente, uma certa integração com outros setores, como a pesca, a agricultura familiar e o turismo, e tem parcerias com as Secretarias e Fundações Municipais. Acredita-se que exista um saber-fazer ligado às artes. Entretanto, há um potencial cultural material e imaterial ainda difuso e pouco aproveitado em estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, por falta de apoio voltado ao fomento desses grupos e da necessidade de uma maior integração com o turismo, a fim de potencializá-los.

Corrida de canoas de um pau só de Bombinhas

Na última década foi criada em Bombinhas a “Corrida de Embarcações a Remo”, uma festa que conta com o apoio da prefeitura municipal e comemora o aniversário do município (15 de janeiro), vindo reforçando a importância e singularidade do patrimônio náutico de base açoriana. A corrida de canoas de um pau só, antigamente um tipo de embarcação muito comum no território, tem o mérito de envolver diversas comunidades no período da temporada de verão, e abrange, além de pescadores da região, pescadores de outras áreas, como da Praia do Campeche e do Ribeirão da Ilha, de Florianópolis, capital do Estado catarinense. A organização da competição é feita pela Associação de Pescadores de Tainha do Município de Bombinhas, e a família do Sr. Olímpio, pescador tradicional do município, tem forte influência na realização deste evento e organização social local – inclusive possui um restaurante que serve apenas comidas típicas, de pescados que vem do próprio município.

3.1.2 Iniciativas agrícolas e agroecológicas

Plantas bioativas

Na comunidade quilombola do Sertão do Valongo, em Porto Belo, existe a experimentação com plantas bioativas. A iniciativa partiu de uma moradora externa à comunidade mas que reside na área há alguns anos, com apoio da EPAGRI – uma instituição parceira neste projeto – visto a crescente exclusão social e econômica dos quilombolas em todo o território. A intenção foi de disseminar o cultivo de plantas *bioativas* em toda a comunidade por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais no uso e na produção das plantas medicinais. A idealizadora desta experiência dispõe de expressivo conhecimento ecológico tradicional, além de ter o



conhecimento de mercado destas plantas, pois, como se sabe, a procura de plantas passíveis de aproveitamento na farmacopéia alternativa tem se intensificado em todo o país, favorecendo a abertura de novos mercados para produtos oriundos dessas espécies.

Esse tipo de iniciativa abre possibilidades para que uma grande parte dos quilombolas que migraram para as cidades retorne ao campo, pois a renda que tem sido auferida por meio desse tipo de produção é considerada muito superior àquelas conquistadas em ocupações urbanas. Além do mais, também permite que sejam resgatados os saberes tradicionais desses povos sobre as plantas medicinais – saberes estes pouco utilizados atualmente. Portanto, apesar da necessidade de ampliação da produção para dar conta do mercado em expansão e de uma maior participação dos próprios quilombolas, esta experiência permite que se faça algo diferenciado, capaz de resgatar sua cultura que está se perdendo pouco a pouco na região, gerando renda e garantindo a reprodução social, econômica e cultural das famílias residentes no quilombo.

Casa do Produtor de Itapema

A Casa do Produtor se configura como uma experiência coletiva de fortalecimento da agricultura familiar no município de Itapema, referindo-se a uma iniciativa com identidade cultural entendida como preservação de um modo de vida tradicional ecológico e com produtos elaborados localmente. Ela se constitui como uma experiência interessante do ponto de vista do projeto DTS-IC, devido ao modo de produzir e comercializar localmente os produtos coloniais – todos orgânicos, mesmo que não tenham certificação oficial. Esta Casa foi inaugurada em 1998, a partir de ações da EPAGRI, e constituiu-se na Associação dos Produtores Rurais, Pesqueiros e Artesanais de Itapema. Atualmente, conta com 12 associados, todos eles agricultores familiares tradicionais da comunidade do Sertão do Trombudo, a maior comunidade agrícola do município.

Esta associação também incentiva a Feira Livre, uma feira realizada às quartas-feiras e aos sábados no mesmo município cuja participação se dá, além dos associados e de outros agricultores familiares, por uma representante da pesca artesanal. Esta Feira surgiu a partir de um programa do governo municipal, com o mesmo nome, e visa a comercialização de produtos da agricultura familiar, promovendo os circuitos curtos de comercialização, com grande diversificação produtiva.

Todos os produtos comercializados, tanto na Feira quanto na Casa, contêm um rótulo padronizado para todos os associados. Há um espaço em branco em cada rótulo, para que ali sejam colocadas as informações de quem os produziu. Apesar de inicialmente contar com grande apoio de técnicos da EPAGRI, atualmente a forma de organização da Casa do Produtor permite que as decisões sejam tomadas em conjunto, através de reuniões entre todos os associados. Estes pagam uma mensalidade e um valor de 10% da venda total de produtos no mês para a manutenção da associação.

Cada produto tem um Selo de Inspeção Municipal para Produtos de Origem Vegetal (SIMPOV), que permite que os produtos sejam vendidos apenas no município. Portanto, o maior problema da associação está em relação à comercialização animal, porque a vigilância sanitária está exigindo que a venda destes produtos se dê apenas depois da adequação de todas às suas normas. Desse modo, surge uma questão interessante: caso se adequem à vigilância, vão perder sua identidade de agricultor tradicional. Se não se adequarem, não vão mais poder comercializar produtos de origem animal.

A comercialização dos produtos da Casa do Produtor hoje está restrita dentro do município, mas há potencialidade para isso ser ampliado para outras escalas. Entre os principais produtos estão: bolachas caseiras, mel, vinhos e vinagres, geléias, farinha de mandioca, licores, massas caseiras



(macarrão, capeleti, nhoque, lasanha, panquecas, massa para pastel), empadão, pasteis prontos, esfihas, queijos, manteigas, galinha caipira, salames e conservas. Há inclusive o potencial de vir a ser um ponto de comercialização de produtos artesanais do território, pois já conta com um local de venda estabelecido e conhecido pela população. Através dela é possível pensar uma agregação de valor para os produtos agrícolas e aumentar o tempo de prateleira devido ao beneficiamento que é feito. Entretanto, ainda tem como desafio ampliar a comercialização da produção local na própria região e criar uma marca não só para os seus associados, mas que possa ser utilizado por todos os produtores do território²⁰.

3.1.3 Iniciativas de artesanato

Grupo de artesãos/artistas

Em todo o litoral centro-norte de Santa Catarina é possível constatar diversas iniciativas voltadas à valorização de aspectos típicos da cultura açoriana através das artes plásticas e do artesanato, demonstrando a resistência e a conservação de saberes tradicionais. Destaca-se para estes trabalhos o uso de matéria prima local (como argila, cipós, bambus e taquara) e o uso de saberes tradicionais – como a confecção de cestaria e tear – aliados à técnicas contemporâneas, como o artesanato em conchas e a pintura em tela. O envolvimento do extrato feminino da população é majoritário nestas atividades, funcionando, na maioria dos casos, como complemento da renda familiar e/ou como forma de ocupação do tempo ocioso e melhoria da saúde mental.

Um exemplo expressivo desta iniciativa é o *Clube de Mães Mulheres Pesqueiras*, de Itapema, fundado em 2005²¹. Importante espaço de socialização para viúvas e esposas de pescadores, o Clube estimula o crochê, as costuras e as várias formas de bordado. O que mais se destaca é o uso do tear como instrumento de valorização da tradição. Contudo, essa experiência permanece isolada, contando somente com o apoio da EPAGRI. A sustentabilidade financeira configura-se como um ponto fraco, uma vez que os aportes de recursos são escassos, restringindo-se à realização de bingos e rifas, além da comercialização dos produtos gerados no próprio Clube.

Uma outra experiência ligada ao artesanato foi localizada na comunidade da Barra, em Balneário Camboriú. Ali, um pequeno grupo de mulheres, não apenas mulheres de pescadores, apoiadas pela EPAGRI e pela Colônia de Pescadores Z-7, promovem uma modalidade de artesanato com forte enraizamento comunitário. Inicialmente surgiu como atividade de resgate de auto-estima para algumas mulheres, que sempre tiveram no artesanato uma ocupação do tempo disponível. Neste sentido, como já sabiam esta prática, apenas buscou-se um aperfeiçoamento e possibilidade na facilidade da comercialização, já que individualmente muitas dificuldades eram encontradas. Hoje, outros grupos de artesanatos se uniram a este pequeno grupo, e durante a alta estação turística comercializam seus produtos em praias da região, ocorrendo assim a possibilidade de diversificação da produção, indo além da utilização de conchas, escamas de peixes e fibras e folhas de bananeira, abundantes na área. Esta iniciativa pode vir a se constituir em um elo importante dos arranjos produtivos que estão sendo concebidos no âmbito do nosso projeto.

²⁰ Neste sentido e referindo-se à prática pesqueira e agrícola de modo geral no litoral centro-norte, constatou-se durante a pesquisa a necessidade de integração entre os diferentes setores produtivos a fim de fortalecer os produtos locais, facilitando a comercialização para além dos mercados locais. Para tanto, também verificou-se a necessidade do desenvolvimento de uma marca coletiva que demonstre a identidade do território diferenciando-o dos demais.

²¹ Em Balneário Camboriú também existem Clube de Mães em diferentes bairros, que tem o mesmo objetivo de produção e comercialização do grupo de Itapema e as mesmas dificuldades econômicas. A fim de superá-las, alguns destes grupos estão começando a vender seus produtos conjuntamente com o grupo de artesanato da Barra.



Ainda no campo de iniciativas artesanais, a experiência do grupo de artesanato da comunidade remanescente de quilombos localizada no Morro do Boi, entre os municípios de Itapema e Balneário Camboriú, destaca-se por seu caráter de reafirmação identitária. Teve início em 2007, quando as mulheres, procurando alternativas de (re)significação de suas origens, começaram a desenvolver a produção de bonecas *Abayomi*²² – negras, representando a arte africana e a busca de fortalecimento da auto-estima e reconhecimento da identidade afro-brasileira. Elas são confeccionadas com sobras de panos. Os retalhos são amarrados, resgatando o fazer artesanal da forma mais singela possível, sem costuras, com o uso mínimo de ferramentas.

A partir destes grupos de artesãos e artistas, seria possível pensar a integração do artesanato típico com outros setores econômicos, como o turismo (como já é feito atualmente de forma incipiente) e a pesca artesanal (esta fornecendo material para a confecção de produtos). Contudo, apesar da riqueza dessas iniciativas comunitárias e com uma forte interface com instituições municipais ligadas à cultura, elas ainda carecem de articulações com programas e políticas públicas, além do apoio das instituições locais. O relativo isolamento em que se encontram dificulta a inserção em uma rede solidária de comércio, que valorize e fortaleça os recursos específicos dessas iniciativas. Além disso, é preciso superar ainda a falta de apoio em termos de capacitação e fomento para estes artesãos profissionais, a fim de evitar/minimizar a tendência de “imitação” do artesanato padronizado e sem qualquer identidade cultural. Deste modo, surge como desafio também a criação de uma marca do território para estes produtos artesanais.

3.2 Litoral Centro-Sul

No rol das inovações sociotécnicas consideradas mais relevantes no litoral centro-sul, que tenham perfil endógeno e também sejam compatíveis com o enfoque territorial de desenvolvimento, incluímos (i) uma rede embrionária de produção agroecológica (latu sensu), envolvendo a agrossilvicultura, a pecuária de leite, a piscicultura de água doce e experimentos de bio-industrialização descentralizada; (ii) o artesanato (com e sem Identidade Cultural); e (iii) as iniciativas voltadas para a promoção do turismo educativo de base comunitária. Constata-se também a presença significativa de projetos de extensão acadêmica e de ONGs alimentando estas dinâmicas.

Além destas iniciativas, torna-se relevante destacar que a partir do ano 2000 o território centro-sul tem vivenciado diversas iniciativas de organização comunitária alimentadas pela presença de equipes de pesquisa acadêmica inter e transdisciplinar voltada para a gestão integrada e participativa de recursos de uso comuns – principalmente os recursos hidrobiológicos. Dentre essas iniciativas podemos citar, a título de exemplo, o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, criado em 2002; o Conselho Gestor da APA da Baleia Franca, a partir de 2005; a Associação dos Pescadores da Comunidade da Ibiraquera (ASPECI), desde 2006; e a Associação de Pescadores de Garopaba. Além disso, estão em curso a criação de duas Reservas Extrativistas, categoria de Unidade de Conservação de uso sustentável voltada à conservação da natureza e da cultura tradicional, uma no Cabo de Santa Marta, em Laguna, e outra nas áreas do entorno das Lagoas de Ibiraquera e de Garopaba²³.

²² *Abayomi* significa 'meu presente, meu momento'.

²³ Em 2007 foi encaminhada ao Ibama a proposta de criação da “Reserva Extrativista da Pesca Artesanal nos municípios de Imbituba e Garopaba/SC”. Por um lado, a proposta é apoiada pelo Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera, Organizações Não-Governamentais (ONG) ambientalistas, a APA-BF, vinculada ao Instituto Chico Mendes – Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da UFSC e parte dos pescadores, principalmente os vinculados às Associações de Pescadores de Garopaba (APG) e de Ibiraquera (Aspeci). Por outro lado, a Colônia de Pescadores e a Prefeitura de Imbituba assumiram uma posição contrária. Considerando a



A seguir, algumas iniciativas relevantes para o território serão apresentadas mais detalhadamente.

3.2.1 Iniciativas culturais

Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI)

O CCI é um espaço comunitário originado de ações coletivas da comunidade para o estabelecimento de um processo de governança participativa local e para a produção de artesanato oriundo de artesãos locais (como a tecelagem e o papel machê). Por ser um local comum de encontros, reuniões e oficinas, se tornou um espaço de mobilização privilegiado dos pescadores-agricultores do território Centro Sul para discussões e debates sobre problemas e busca de soluções para a comunidade, além da produção e comercialização dos artesanatos. Tem como órgãos de fomento e Universidade Federal de Santa Catarina e a EPAGRI, e seus parceiros principais é a APA da Baleia Franca, a Associação dos Pescadores Artesanais de Ibiraquera, a Arte da Terra²⁴, a EPAGRI e o Forum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera.

Tem como potencialidade se constituir solidamente em um local de organização social dos pescadores artesanais, agricultores familiares e artesãos de Ibiraquera (que poderia ser estendido como exemplo para outras comunidades e município), mas ainda é preciso fomentar esta iniciativa especialmente com um trabalho mais intenso de capacitação e de conhecimento para comercialização de produtos.

3.2.2 Iniciativas agrícolas e agroecológicas

Mercado do Produtor de Garopaba

O Mercado do Produtor de Garopaba é uma iniciativa que teve início a partir de 2002, edificada por iniciativa do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMDR) e da EPAGRI com o apoio do PRONAF Infra-estrutura, localizado próximo ao centro do município. Foi um espaço criado para incentivar e dar escoamento à produção agroecológica local da agricultura familiar, propiciando o fortalecimento da identidade cultural destes agricultores. Isso é importante porque, de acordo com alguns entrevistados, a idéia de cultivar produtos orgânicos vem de um resgate de costumes agrícolas tradicionais de pais e avós destes agricultores, evidenciando também um reconhecimento do saber-fazer dos mais antigos. Os principais produtos ali comercializados são os derivados da mandioca, frutas, hortaliças e leguminosas orgânicas, sucos, mel e artesanato local. Tem como parceiros a Associação de Produtos Orgânicos e Coloniais de Garopaba, a EPAGRI e a Prefeitura Municipal de Garopaba, e atualmente é gerida pelos próprios agricultores – em torno de 12 famílias comercializam neste espaço.

Através desta iniciativa visualiza-se a possibilidade de comercializar produtos de diversos agricultores da região, agregando valor à produção orgânica, promovendo e fortalecendo assim a agricultura familiar do território. Também é um local que tem grande possibilidade para

diversificação das atividades nesta região, essa proposta ira ganhar legitimidade na medida em que ela for discutida com os outros atores do território, ou seja, com os atores extra-territoriais e for sintonizada com as outras propostas já existentes, como por exemplo os projetos centrados na valorização ou na certificação de varios produtos alimentares no âmbito do movimento *Slow Food* e por meio de selos oficiais de qualidade (Agricultura Orgânica, Indicação Geográfica, Marca Coletiva, Marca Territorial).

²⁴ A Arte da Terra é também um espaço para venda de artesanatos com identidade cultural provenientes do território (palhas de butiá, confecção de chapéus, peixes decorativos, etc.). Localiza-se em Imbituba, e seus proprietários produzem e vendem produtos de artesãos de toda a região.



comercializar o pescado com a agregação de valor, já possuindo estruturas para conservá-lo (geladeiras e gôndolas). Entretanto, os pescadores ainda não se apropriaram deste espaço, pois não internalizaram a oportunidade de dispor seus produtos no mercado como uma vantagem econômica. De acordo com os próprios pescadores, isto se deve a falta de organização social identificada no setor como um todo.

Experiências de dinamização agroecológica

O município de Paulo Lopes emerge como foco irradiador de experiências coletivas em rede de dinamização agroecológica, por meio da expansão do *Sítio Dom Natural*, uma micro-empresa familiar criada em 1995. Ali são produzidas atualmente mais de quarenta variedades de hortaliças, frutas, legumes, galinhas caipira e ovos. A empresa movimenta também uma agroindústria de pequeno porte, que coloca à venda numa feira livre montada semanalmente em Florianópolis – a ECOFEIRA, criada por um pequeno grupo de agricultores e estudantes de agronomia da UFSC –, diferentes tipos de queijos, geléias, iogurtes e confeitos fabricados com produtos orgânicos. Em 2003, a família recebeu uma premiação internacional concedida pela *Cúpula Mundial de Mulheres*, uma instituição suíça que valoriza a inclusão socioeconômica das mulheres de agricultores e pescadores artesanais.

Importa ressaltar que, nas últimas décadas, prevaleceu em Paulo Lopes a agricultura empresarial fortemente centrada na prática da rizicultura irrigada, contaminando os recursos hídricos em consequência do uso descontrolado e abusivo de agrotóxicos nos cultivos. Como um contra-ponto importante, emergiram nos últimos anos iniciativas de criação de sistemas produtivos de base agroecológica, mantendo relações ainda tênues, mas promissoras, com experiências isoladas de dinamização da produção orgânica nos municípios vizinhos de Imbituba, Garopaba e Laguna. A presença de organizações não governamentais com perfil desenvolvimentista no município, a exemplo da *Associação dos Apicultores e Agroecologistas do Vale do Rio D'Una* (APIVALE) e do *Instituto Harmonia na Terra*, além do *Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFSC* (NMD), tem contribuído para o fortalecimento progressivo dessas iniciativas.

Engenhos de farinha

Hoje em dia, muitos engenhos artesanais de farinha – que foram a base da economia regional no passado – estão desativados ou produzem apenas para o consumo familiar, sendo considerados inadequados à produção segundo as normas da vigilância sanitária. Por isso, em parceria com a EPAGRI, alguns agricultores donos destes engenhos optaram por se adequarem a estas normas, mas mantendo o saber tradicional açoriano e a base familiar da produção. Essa parceria culminou na organização de uma cooperativa – a Cooperlagos – que vem apoiando a cadeia produtiva da mandioca através da mediação com fontes de financiamento como o PRONAF, selo de inspeção e desenvolvimento de uma marca para os produtos. Embora recente, a Cooperlagos está apoiando a comercialização de outros produtos, e atualmente ela é um dos principais mecanismos para fortalecer os setores da agricultura familiar, das atividades não-agrícolas e da pesca artesanal²⁵.

²⁵ Quanto à Cooperlagos, sediada provisoriamente na Secretaria de Agricultura e Pesca de Imbituba, trata-se de uma cooperativa criada recentemente por iniciativa de técnicos da EPAGRI, abrangendo cinco municípios (Laguna, Imaruí, Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes) e centrada na melhoria das condições de comercialização da produção agrícola realizada no território centro-sul daqui em diante. Suas prioridades recaem atualmente no fomento da comercialização da mandioca, dos derivados da cana-de-açúcar e da produção pesqueira. Com um caráter também integrador que visa



Além da comercialização, outra possibilidade que se vislumbra com a existência dos engenhos de farinha, base da cultura açoriana, é adequá-los para visitação, integrando-os a estratégias de turismo comunitário. Neste caso, os engenhos poderão ser apresentados como patrimônios materiais do território, resgatando o patrimônio material e imaterial e oportunizando renda complementar às famílias envolvidas.

Grupo de promoção Farinha de mandioca e berbigão através do movimento *Slow Food*

O movimento *Slow Food* é uma associação internacional que busca preservar as gastronomias regionais, bem como as plantas, as sementes, os animais domésticos e as técnicas agrícolas e culturais ligadas a elas (CERDAN, 2009). No litoral centro-sul identificou-se um grupo adepto do *Slow Food* que tem práticas associadas à cultura açoriana, incentivando a produção de farinha e a colheita de berbigão e também organizando momentos de encontros com consumidores urbanos. Além disso, é responsável pela animação de um ponto de cultura (apoio do Ministério da Cultura). Através desse movimento, é possível reconhecer a farinha de mandioca e o berbigão como produtos do patrimônio cultural brasileiro, apesar de enfrentar algumas dificuldades, como o problema da legislação para a comercialização do produto (especialmente em relação às normas da vigilância sanitária) e a integração com o setor do turismo. Os principais parceiros desse grupo são a Associação de produtores e os produtores de mandioca na Palhoça.

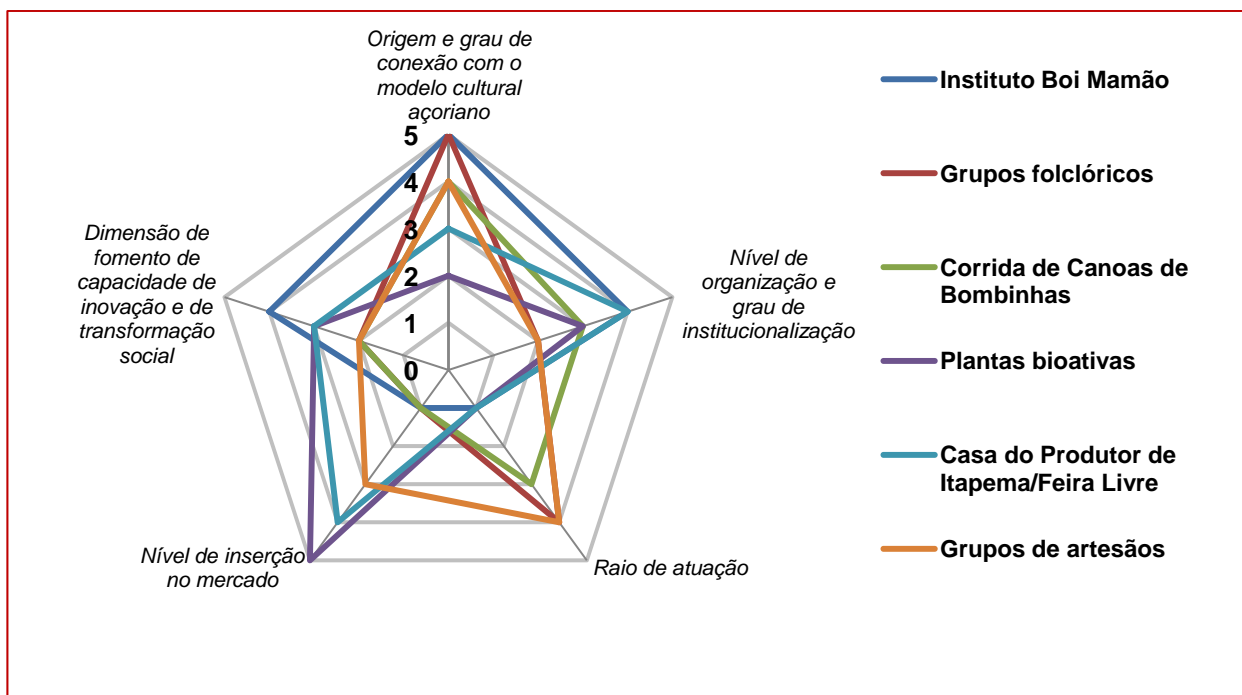
A partir destas características e de forma sucinta, podemos classificar as iniciativas levantadas nos dois territórios de estudo de acordo com cinco critérios, conforme os Gráficos 3 e 4 abaixo²⁶: i) a origem e seu grau de conexão com o modelo cultural açoriano; ii) o nível de organização e seu grau de institucionalização; iii) o seu raio de atuação (local, regional); iv) o nível de inserção com o mercado; e v) a dimensão de fomento de capacidade de inovação e de transformação social.

viabilizar a comercialização dos produtos agrícolas e pesqueiros e o beneficiamento do pescado, vale a pena citar também a Cooperlagunar. Esta é uma cooperativa voltada para a produção de pescado, iniciativa do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil, e conta atualmente com cerca de 150 associados (60 associados em Imaruí; 2 em Imbituba e 88 em Laguna), de acordo com um pescador de Imaruí e presidente desta cooperativa.

²⁶ Estes critérios foram analisados pela equipe de pesquisa num gradiente que vai de 0 a 5, sendo que 5 é o nível mais importante. Os resultados estão resumidos em um diagrama de tipo “radar”.

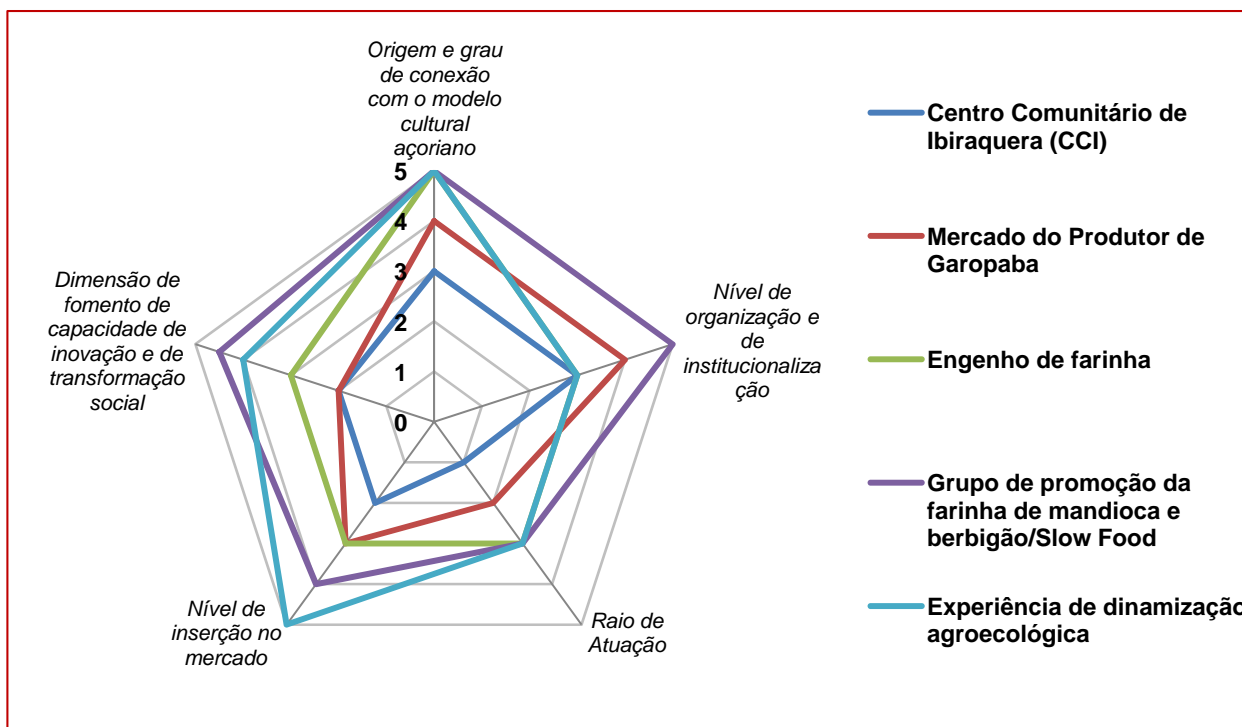


GRÁFICO 3 – Classificação das iniciativas analisadas no litoral centro-norte



Fonte: Pesquisa 2009, 2010.

GRÁFICO 4 – Classificação das iniciativas analisadas no litoral centro-sul



Fonte: Pesquisa 2009, 2010.



De um modo geral, as experiências analisadas evidenciaram ter uma forte conexão com o modelo cultural açoriano, independente de sua origem ter se dado dentro das próprias comunidades, por pessoas dali ou não, ou por instituições ou programas e projetos do Poder Público. A valorização de aspectos típicos da cultura açoriana foi o ponto de partida para muitas delas, buscando integrar, de maneira muitas vezes criativa, mas ainda de forma incipiente, o artesanato, a pesca artesanal e a agricultura familiar. Esta integração se mostrou uma grande possibilidade para potencializar a consolidação de uma rede comunitária de turismo, já que este permeia todos os setores da socioeconomia do território e pode criar sinergias sólidas entre estas diferentes experiências em curso.

Outro ponto importante diz respeito ao nível de organização destas iniciativas. No litoral centro-norte, duas, que tem forte apoio institucional, também atingem alto grau de organização, inclusive porque uma delas depende diretamente de financiamentos estaduais e federais para se manter em funcionamento. Já as que se originaram através das próprias comunidades enfrentam maior dificuldade em se organizarem e ampliarem sua força pelo território – como já foi demonstrado, devido à dificuldade de diálogo existente entre elas. No LCS, como as cinco iniciativas possuem fortes parceiros institucionais, o nível de organização é um pouco superior quando comparado às iniciativas do LCN, e os próprios atores envolvidos (principalmente os extra-territoriais) já contam com experiência em organização social. Contudo, em relação ao raio de atuação das experiências, a maioria das existentes do LCS restringem-se à própria comunidade, poucas ultrapassando o nível municipal. No LCN, apenas duas tem atividades bem concentradas municipalmente, enquanto as outras se expandem para além da própria região.

No que diz respeito ao grau de inserção no mercado, com exceção do Instituto Boi Mamão, da Corrida de Canoas e do CCI, que não tem ainda como foco principal a comercialização e cujas atividades estão bem localizadas na comunidade, todas as outras mostram que conseguiram se inserir de forma razoável nos circuitos de comercialização do território, sejam estes curtos ou não – algumas até se expandiram para além da região.

Por fim, quanto ao fomento de capacidade de inovação e de transformação social, há muita disparidade entre as iniciativas, dependendo necessariamente dos objetivos a que foram criadas, qual tipo de apoio e parcerias possuem e quais os órgãos de fomento que estão envolvidos para impulsionar estas experiências.

De modo geral, foi possível constatar que a região em estudo conta com a presença de um quadro institucional favorável à experimentação com alternativas de desenvolvimento e também de novas demandas nos mercados locais e/ou nacionais para produtos e serviços com identidade cultural. E, com base nestas onze iniciativas analisadas em maior profundidade, foi possível compreender qual é a contribuição destas iniciativas de DTR-IC no processo de desenvolvimento territorial, que é o que veremos no tópico seguinte.

4. VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS CULTURAIS E NATURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: APLICAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

4.1 Um processo de especificação dos produtos e serviços e dos territórios em emergência



As entrevistas realizadas confirmaram que as iniciativas de DTR-IC na região costeira oferecem produtos ou serviços originais²⁷, que, na sua maioria, são estreitamente conectados ao modelo cultural e às práticas tradicionais da região (seja de origem açoriana, africana ou indígena). De acordo com o modelo de análise, os diferentes produtos e serviços dos onze estudos foram posicionados no Quadro 3 – esse posicionamento relativo dos produtos e serviços no modelo de análise permite avaliar rapidamente qual é a importância e as contribuições dos produtos e serviços das iniciativas de DTR-IC para a especificação do território. Inserimos ainda os outros elementos presentes na região que foram apontados pelos entrevistados. Desse modo, a leitura desse Quadro nos leva a refletir sobre diferentes aspectos e mudar o nosso olhar sobre a agricultura local, a pesca artesanal e as comunidades tradicionais da região litorânea.

Em primeiro lugar, confirmou-se a presença de uma pluralidade de produtos e de serviços e evidenciou-se a capacidade dos atores locais de estarem presentes tanto no mercado dos produtos de massa quanto nos mercados de proximidade territorial ou social. Muitos dos produtos elaborados pelos produtores e pescadores dessa região estão sendo vendidos nesses mercados genéricos. Em geral, esses produtores ou pescadores passam pela figura dos intermediários ou dos atacadistas. Os pontos de distribuição são principalmente os supermercados, as Centrais de Abastecimento (CEASA) e as indústrias de beneficiamento de peixes. Neste caso, a origem e as características peculiares dos produtos são raramente mencionadas ou valorizadas, porque não há preocupação por parte dos consumidores para que isso aconteça, nem os próprios produtores percebem seus produtos como diferenciados e potenciais valorizadores do território onde são produzidos.

QUADRO 3 – Posicionamento dos produtos e serviços das iniciativas de DTR-IC nas regiões de estudo

	Oferta genérica	Origem genérica + especificidade de produção	Especificidade de origem + especificidade de produção	Especificidade territorial Patrimonialização
<i>Demanda genérica</i>	Arroz, peixes, leite Praias, sol, mar Passeio de barcos (grupos grandes) Frutas e verduras vendidas no CEASA	Produção orgânica Produtos coloniais Farinha de mandioca vendida através dos intermediários Tainha, camarão vendido aos intermediários (indústrias da pesca, supermercados) Vendas de Artesanatos para cruzeiros e intermediários	Produção localizada (marca territorial, indicação geográfica) vendidas nos supermercados Museu do Mar	Belezas naturais
<i>Demanda de proximidade social</i>	Passeios de barcos individualizados	Produtos vendidos nas feiras ou na propriedade do agricultor Feiras, mercados de produtores Artesanato – venda na	Pesca típica de camarão (bomboca, remo e vela) Tainha e produtos da pesca artesanal – vendidos no barco ou no rancho do pescador Artesanato da terra – venda direta na loja do artesão Festas de boi de mamão, ternos de	Festas religiosas Corrida de canoa (pescadores) Caminho das artes

²⁷ Os produtos ou os serviços podem ser fortemente ligados ao território ou serem encontrados apenas naquele território. Essas características se devem às características do meio natural ou à presença de saber fazer específico – como no caso da indicação geográfica.



		praça ou na casa dos produtores Barcos em miniaturas Plantas bioativas (lojas especializadas)	Reis (grupos folclóricos) Marca territorial de São Bonifácio Clubes de mães e de pescadoras	
Demanda de proximidade territorial	Pesque e pague, turismo rural	Rede de compras coletivas	Acolhida na colônia, turismo comunitário Produtos dos quilombos Produto <i>slow food</i> Farinhada de mandioca Degustação – venda de cachaça (Pedro Alemão) Concertada no engenho do Sertão Ranchos de pescadores (visitas e venda de peixes) Tainha escalada Atividades culturais (Instituto Boi mamão, pontos de cultura e leituras comunitários) Museu comunitário Engenho do Sertão	Festas culturais e religiosas Desfile de carros de boi - Garopaba Farra do boi Festa da mandioca (algumas farinhadas) Atividade em torno da Baleia Franca Pesca da tainha Projeto arteiro Casa Linhares

Fonte: Pesquisa de campo 2009, 2010.

Já os mercados de proximidade, que se referem aos espaços de venda que dependem geralmente de uma rede de organização (como por exemplo o comércio justo e a rede de agroecologia), são espaços no qual a venda direta predomina. Podem ser encontrados produtores que vendem os seus produtos aos consumidores sensíveis e atentos a valorizar as produções locais e os valores culturais e naturais através do ato da sua compra. Todavia, no caso dos produtos orgânicos, parte de seus consumidores pode ser mais atentos à sua própria saúde. Guivant (2003) identificou estes consumidores como tendo um estilo de vida *ego-trip*²⁸. Estes darão menos importância à origem da produção. Por outro lado, existem outros segmentos de consumidores em que o relacionamento do consumidor com o produtor é mais forte e é muitas vezes associado a outras atividades, como visitas aos locais de produção, eventos festivos em propriedades rurais e colheita direto na propriedade, entre outros. O levantamento junto aos atores evidenciou que existem esses tipos de iniciativas na região, sendo a *farinhada* uma das mais citadas. O evento da farinhada é a etapa de transformação da mandioca em farinha. Historicamente, se fazia em mutirões no engenho de farinha para todas famílias da comunidade. Segundo os moradores da região *“a farinhada sempre era uma festa!”*. Hoje, elas continuam convidando os membros das comunidades, mas também grupos de consumidores urbanos ávidos em aprender um pouco mais sobre o mundo rural e os produtores. É assim que surgem os mercados territorializados.

Um outro aspecto relevante diz respeito à diferenciação dos produtos e dos serviços. Todos eles estão fortemente ligados à presença de uma gama abundante de saber-fazer e de práticas coletivas compartilhadas entre as comunidades rurais, que aliam saberes coletivos mais antigos a saberes mais recentes, além de modalidades inovadoras de produção – como a agroecologia e

²⁸ “O estilo de vida *ego-trip* corresponde ao interesse dos indivíduos de autopreservação e autopromoção, sustentando, assim, o foco na segurança e qualidade dos alimentos e no discurso da beleza, saúde e boa forma. Por outro lado, o estilo de vida *ecológico-trip* representa um contato simbólico entre o consumidor e seu ambiente, ou seja, quem procura o consumo orgânico como parte de uma atitude assumida frente ao meio ambiente ou de responsabilidade social” (GUIVANT, 2003, p. 64).



a pesca da tainha. Isso nos faz considerar que os processos de especificação, nos territórios pesquisados, se apóiam em um contingente de práticas e regras socialmente e historicamente construídas.

Um terceiro aspecto está relacionado ao grande potencial de valorização dos ativos culturais na região costeira. Verificamos isso novamente com o caso da farinha de mandioca, produto típico e cultural das comunidades pesqueiras. Segundo os especialistas e os donos dos engenhos, o litoral de Santa Catarina é o berço da mecanização da fabricação da farinha de mandioca. Os índios sabiam fazer a farinha, mas de um modo bem diferente de como os açorianos faziam. Portanto, a farinha do litoral catarinense apresenta características muito particulares: ela é branca, sem resíduos de casca (pequenos pontos marrons), poucas fibras e com uma granulometria extremamente fina. Essas características podem ser relacionadas a uma área geográfica bem delimitada (tornando ela como potencial indicação geográfica). Todavia, observando os circuitos de comercialização desse produto no mercado, evidenciamos que grande parte da farinha produzida do litoral catarinense é vendida com poucas informações sobre a procedência do produto e sobre as suas especificidades. A situação é a mesma para outros alimentos e produtos agrícolas (produtos da pecuária e arroz, entre outros) e notamos a ausência de estratégias de diferenciação do produto no mercado, apesar da presença de características típicas. Isso pode ser explicado pelo fato de que grande parte dos atores não perceberam que são produtos diferentes de todos os outros, podendo vir aumentar às suas rendas atuais.

Da mesma forma, os personagens do folguedo do Boi de Mamão também são específicos da região, e a organização de eventos abertos ao público (festival do Boi de Mamão) contribui assim para tornar conhecido o litoral através da sua cultura e das suas especificidades. Esses elementos também são pouco ressaltados pelas comunidades ou representantes dos municípios do litoral, sendo que também o artesanato local se torna um elemento genérico ao lado de outros produtos vindos de fora – principalmente da Indonésia ou de Bali – muito apreciado pelos turistas. Durante a pesquisa encontramos alguns artesões que valorizam os recursos locais, fazendo artesanato com folha de bananeira, de butiá, e outras plantas locais, mas ainda são minorias.

Estas iniciativas nos conduzem a refletir sobre o papel das instituições locais representantes do Poder Público ou da sociedade civil na promoção e a valorização dos produtos e serviços nos mercados. Identificou-se algumas iniciativas interessantes nesse sentido por parte dos primeiros, tal como a abertura de espaços de comercialização e de venda para os pescadores (Itapema, Balneário Camboriú, Garopaba, Imbituba), agricultores ou artesãos no centro das cidades intermediárias. Essas iniciativas surgem a partir de iniciativas públicas locais ou respondem a determinados incentivos por parte de políticas setoriais de apoio à agricultura familiar ou ao setor da pesca (como a política nacional da pesca desenvolvida pelo MPA). Todavia, estas iniciativas públicas, mesmo sendo importantes, tornam-se insuficientes para enfrentar os desafios do desenvolvimento territorial, pois ficam muito localizadas ou setoriais e pouco coordenadas com outras iniciativas. De maneira geral, a pesquisa verificou uma posição cautelosa e retraída dos atores públicos. Este fato pode ser explicado pela presença de outras dinâmicas potencialmente conflituosas ou pela falta de visão desses atores que ainda não percebem esses atributos como vetor de desenvolvimento territorial. Deste modo, apesar do quadro favorável de políticas públicas territoriais e da presença de políticas culturais e patrimoniais relevantes que favoreçam a implementação de estratégias inovadoras de DTR-IC, os atores dos territórios continuam enfrentando dificuldades de articulação entre as diferentes políticas que ainda estão marcadas por importante viés setorial, o que impede a emergência de verdadeiros projetos de territórios.

As iniciativas de DTR-IC que podemos realmente associar a um projeto de território ou a um processo de patrimonialização, associando uma pluralidade de atores privados e públicos ao



redor delas, são muitas poucas. A maioria são frutos de esforços de atores extra-territoriais, de movimentos sociais ou de organização não-governamentais. Pela ausência de consenso territorial, alguns dos protagonistas envolvidos nessas experiências apontaram a importância de se recorrer ao uso de instrumentos oficiais de reconhecimento da qualidade ou de valor patrimonial para legitimar a sua ação ou se tornar conhecido no mercado.

Deste modo, produtores de mandioca no litoral centro-sul se organizaram para melhorar a comercialização da sua farinha através do projeto de uso de marca coletiva, da reflexão sobre uma eventual indicação geográfica, além do reconhecimento desse produto dentro de uma “comunidade de alimento” do movimento *Slow Food*. Outros pescadores buscam valorizar a colheita e consumo tradicional do berbigão, pequeno molusco presentes no costão brasileiro (Arca do Gosto)²⁹. Segundo esses produtores, tais instrumentos permitem dar maior visibilidade ao produto e ao território, assim como permite criar novos espaços de aproximação entre produtores e consumidores interessados nesse tipo de produto, despertando também o interesse dos outros atores territoriais.

Neste sentido, a redefinição e a legitimação de determinados dispositivos de mercado passam a ser colocados a serviço da promoção da agricultura familiar, da proteção da diversidade biológica e cultural, e da sustentabilidade da agricultura e dos territórios rurais. Eles parecem conduzir ao fortalecimento gradual de outras importantes instituições ligadas à gestão integrada e participativa de sistemas socioambientais – a exemplo do IPHAN e do *Movimento Slow Food* no Brasil, e dos novos movimentos de promoção da agroecologia³⁰.

Apesar desses esforços do setor público, dos representantes da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, a análise sobre os posicionamentos dos produtos e dos serviços nos permite afirmar que estamos em presença de territórios com potenciais interessantes mas que não conseguem ainda se constituírem em uma cesta de bens e de serviços de acordo como a definição dada por Pecqueur (2001). Estamos perante um conjunto de produtos ou de serviços, pouco articulados, que ainda não possuem uma coerência territorial (os produtos e serviços não dependem dos outros, como é o caso da cesta de bens)³¹.

Concluiremos portanto que a contribuição das iniciativas de DTR-IC ainda é limitada – no que diz respeito ao processo de especificação dos territórios (base do desenvolvimento territorial), devido à ausência de instâncias de coordenação e de convergência entre os atores públicos e privados, e não pela ausência das especificidades dos atributos culturais e naturais, estes sim numerosos.

4.2 Um processo de fortalecimento político e social dos atores dos territórios

Uma das mais importantes contribuições dessas iniciativas de DTR-IC nos parecem ser a dinâmica de aprendizagem que foi apontada pela maioria dos atores protagonistas destas iniciativas. Para avaliar esse tipo de contribuição, adaptamos o modelo de análise proposto por

²⁹ A partir da implementação da Reserva Extrativista e do reconhecimento do Berbigão como Arca do Gosto do Movimento *Slow Food*, iniciou-se o programa de apoio junto aos pescadores extrativistas para melhoria da qualidade de vida e de capacitação através de cursos profissionalizantes e novas parcerias institucionais com a iniciativa privada, órgãos estaduais e Universidades.

³⁰ Além das oportunidades de preservação de objetos, monumentos, sítios arqueológicos e do patrimônio imaterial, passamos a dispor de um novo instrumento intitulado “paisagem cultural”. Esse instrumento agrega valor à busca de preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos já consolidados. No caso específico do Estado de Santa Catarina, pretende-se de agora em diante registrar os roteiros nacionais de imigração nas regiões de colonização européia. O IPHAN pretende registrar também as antigas freguesias luso-brasileiras, visando proteger o patrimônio cultural herdado da ocupação açoriana no litoral.

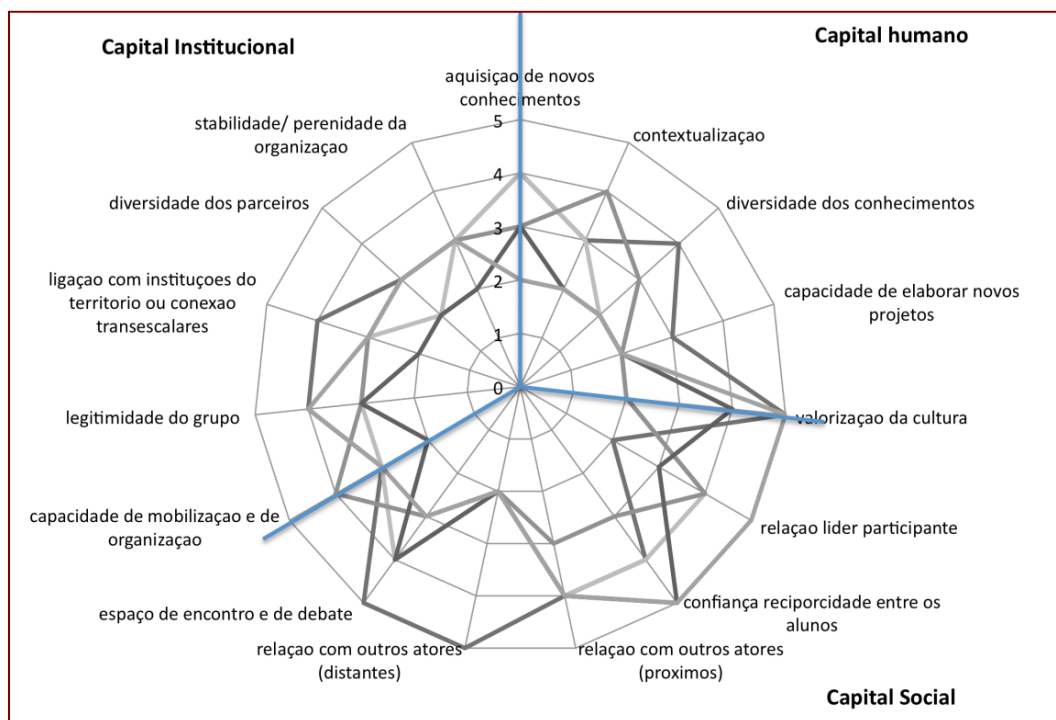
³¹ Essa situação encontra-se também na Europa (HIRCZAK *et al.*, 2005; PEYRACHE GADEAU *et al.*, 2009).



Coudel (2009). Segundo a hipótese de trabalho que sustenta o nosso modelo de análise, além da criação de empregos, da inserção dos jovens e das mulheres no mercado do trabalho e da oportunidade de complemento da renda familiar, as iniciativas de DTR-IC se tornam também vetor de fortalecimento político e social das comunidades rurais³².

Os resultados a seguir apresentam a contribuição de onze experiências nos capitais individuais sociais e institucionais dos seus protagonistas. Esses elementos estão declinados em indicadores que foram avaliados pela equipe de pesquisa através de entrevistas com os próprios membros das iniciativas, num gradiente que varia de 0 a 5. De acordo com o modelo de análise, os resultados estão resumidos também em um diagrama de tipo radar – Gráficos 5 e 6.

GRÁFICO 5 – Avaliação das iniciativas de DTR-IC a partir da análise dos capitais – litoral centro-norte

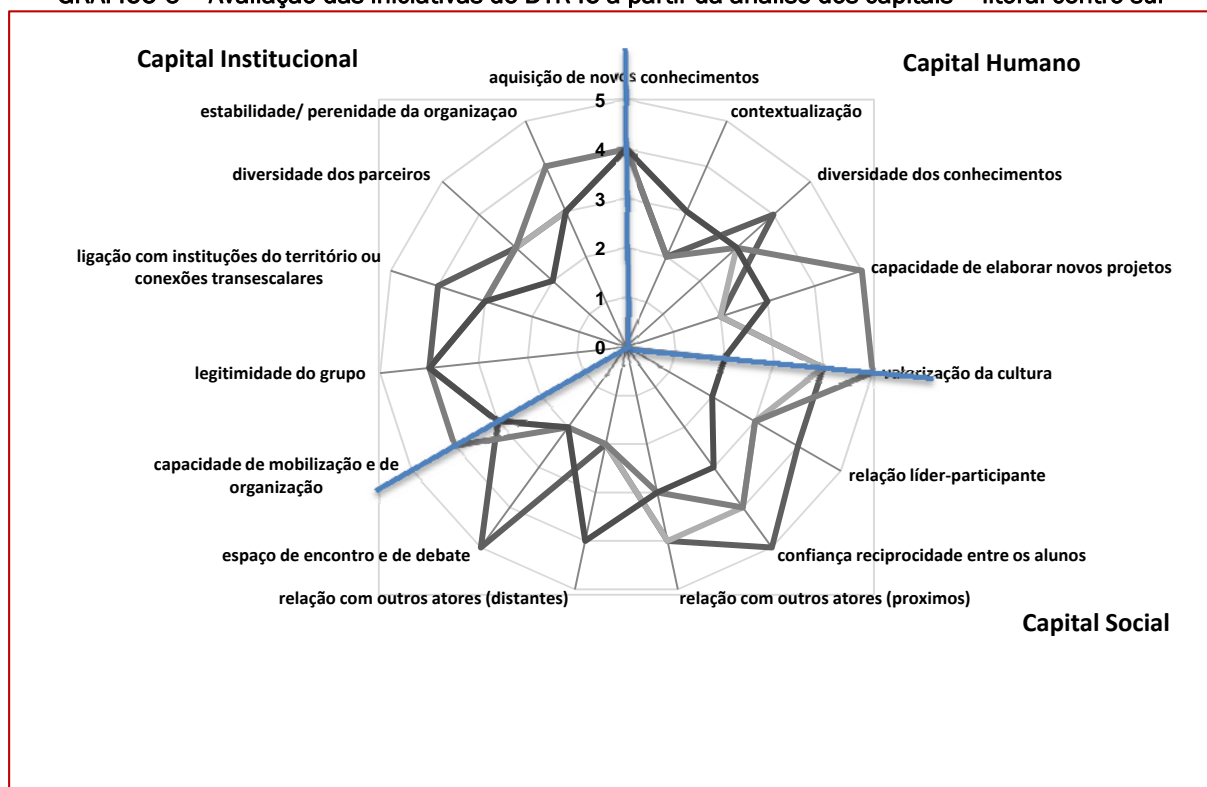


Fonte: Elaborado a partir das entrevistas com participantes das experiências inovadoras, 2010 – adaptado de Coudel, 2009.

³² Esse ponto foi analisado em detalhe por Flores (2007) em uma região detentora de uma indicação de procedência onde as vinícolas se tornaram atores públicos na ocasião da definição dos Planos Diretores para o ordenamento do espaço.



GRÁFICO 6 – Avaliação das iniciativas de DTR-IC a partir da análise dos capitais – litoral centro-sul



Fonte: Elaborado a partir das entrevistas com participantes das experiências inovadoras, 2010 – adaptado de Coudel, 2009.

A observação das duas figuras evidencia os impactos das iniciativas sobre o capital humano, coletivo e institucional das organizações. Segundo os participantes, essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento do **capital humano**, já que a maioria delas incluiu mini-cursos ou formação profissionalizante na sua estratégia de ação. O público dessas iniciativas de DTR-IC é jovens e mulheres rurais oriundos de famílias que acabaram deixando atividades artesanais ou produtivas, perdendo saberes tradicionais como o uso das plantas medicinais, a arte de fazer cestas, as músicas e as danças tradicionais, o manuseio do tear, etc. A adesão a esse tipo de iniciativas permitiu enriquecer os seus próprios conhecimentos, valorizar a sua auto-estima e dar valor às sabedorias dos mais antigos. Além disso, os participantes acabam sendo informados a participarem de outras oportunidades de formação (como o projeto PRO-JOVEM, que oferece cursos para os jovens adultos, contando com o apoio de organizações e nas iniciativas locais para divulgar o projeto e selecionar os candidatos).

Além disso, os participantes assimilaram as experiências como lugares de encontros e de trocas de experiências entre os membros da mesma categoria, mas oriundos de outros locais e/ou com universitários ou especialistas, que podem ser convidados. Os aportes estão variáveis em função das experiências, mas as discussões que são promovidas no seio do grupo sempre são consideradas como subsídios para entender melhor os acontecimentos e os desafios dos territórios.

No que diz respeito **ao capital social**, os avanços são menos relevantes segundo os entrevistados. Muitas vezes, as pessoas que participam de uma iniciativa já são articuladas entre si (redes sociais, grupos de amigas ou de camaradas de pesca, famílias ou redes sócio-técnicas). O ganho em termo de capital social depende sobretudo da escala e da área de atuação das



iniciativas – a rede da agroecologia do litoral centro-sul contribuiu fortemente para desenvolver o capital social dos seus membros. A formalização dessas iniciativas conduz o grupo a participar de outros espaços, trocar idéias com outros grupos, buscar apoios junto a outras associações pares, por exemplo.

O aumento do capital social não impede a presença de conflitos e de discussões internas no grupo, às vezes tumultuosas acerca de alguns assuntos críticos (a maioria relacionada ao acesso aos recursos naturais, como a pesca, a prática de esportes no mar e a abertura da barra da Lagoa de Ibiraquera). Mas essas discussões foram avaliadas pelos entrevistados como elementos naturais da vida de um grupo podendo ser consideradas fontes de aprendizado coletivo.

Em relação ao **capital institucional** – capacidade de se relacionar com outras instituições – também evidencia-se uma forte variabilidade entre as experiências analisadas, sendo um fator limitante para a contribuição das iniciativas de DTR-IC para o desenvolvimento territorial. Constatou-se que as experiências não favorecem a articulação com os outros atores das dinâmicas. Este fenômeno pode ser relacionado a dois pontos: o primeiro diz respeito aos programas públicos que ainda continuam com uma abordagem setorial e acabam tendo influência limitada nas dinâmicas locais: quando as iniciativas – ou seus representantes – são convidadas a participar de um comitê de um programa público, elas acabam interferindo apenas com os atores do mesmo ramo, da mesma cadeia produtiva. O segundo ponto está relacionado também ao contexto de dinâmicas contraditórias nas quais se inserem os nossos territórios de estudos. Num espaço de projetos divergentes ou opostos, as alianças com as organizações que se aproximam da própria visão da organização é sempre preferida à confrontação e ao debate de idéias sobre o território.

Em relação a estes dois pontos, identificamos diferenças marcantes entre o Litoral Centro-Norte e o Litoral Centro-Sul. No primeiro caso, constatamos uma forte articulação entre as iniciativas de DTR-IC e as prefeituras municipais, enquanto que no segundo território (LCS), as experiências e os espaços de negociação com os outros atores ficam à margem desse espaço público. A presença entretanto de uma Área de Preservação ambiental e de um fórum de agenda 21 em uma das comunidades do território fez com que os atores desses iniciativas participem de redes institucionais formais ou informais que vão muito além do Estado de Santa Catarina. Não é raro nessa região ver os pescadores ou representantes das comunidades pesqueiras atravessarem o Brasil para participarem de reuniões e conferências nacionais. Todavia, essa falta de articulação local impede o poder de influência e a capacidade dos atores das iniciativas de DTR-IC de se tornarem atores territoriais.

Uma das explicações a essas dificuldades de articulação entre os membros de DTR-IC e os outros atores do território reside no fato de que, apesar das evoluções dos jogos de atores, mantém-se uma certa assimetria de poder (CERDAN *et al.*, 2011). Nessa perspectiva, a figura de um mediador territorial ganha relevância (podendo vir a ser um líder comunitário, um ator extra-territorial membro de uma ONG ou um pesquisador, por exemplo).

Alguns outros limites da contribuição das iniciativas DTR-IC ao desenvolvimento territorial podem ser apontados. Estes estão principalmente relacionados ao seu tamanho e ao seu raio de atuação. Ou seja, as iniciativas micro ou pouco articuladas com outras organizações ou com os representantes do Poder Público local apresentam certos limites para que sejam qualificadas como instrumentos de desenvolvimento.

Um outro viés importante que foi apontado por alguns entrevistados está relacionado aos fatores internos de organização, como por exemplo a presença de um líder forte, que acreditou na proposta de determinada experiência e portanto fica pouco aberto à negociação e à discussão sobre outros projetos que poderiam vir a fomentá-la, ou dar maior visibilidade a ela. Novas propostas oriundas de outros membros também podem ser acolhidas com receio pelos líderes



das iniciativas, cuja preocupação é sempre preservar o foco da sua ação, sem abri-la ao diálogo com outras idéias, atores ou instituições.

Por fim, mais um limite diz respeito à precariedade do ponto de vista financeiro e de infraestrutura, presente na maioria das iniciativas. Um exemplo ilustrativo é o Centro Comunitário de Ibraquera (litoral centro-sul), que ainda não conseguiu comprar os teares que foram emprestados no início de um projeto.

Apesar dessas limitações, cabe ressaltar que em função do adensamento progressivo do capital social nessa porção do litoral catarinense, os membros das comunidades de pescadores-agricultores familiares passam gradualmente a serem vistos como integrantes legítimos do processo de construção democrático-participativa dessa nova estratégia de desenvolvimento territorial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências inovadoras analisadas neste estudo evidenciaram que a valorização do patrimônio cultural e natural de comunidades tradicionais de pescadores/agricultores de origem açoriana, sediados na zona costeira do Estado de Santa Catarina, podem ser consideradas como vetor de criação de novas oportunidades de inclusão econômica, social e política, à luz do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Neste sentido, pensando na necessidade de estimular novas modalidades de (i) utilização ecológica e socialmente sustentável do potencial ali existente em termos de recursos naturais renováveis e (ii) de valorização do patrimônio cultural das comunidades pesqueiras e rurais tradicionais, algumas lições podem ser resumidas nestas considerações finais.

Apesar da grande variabilidade destas iniciativas de DTR-IC e da marginalidade de algumas delas, foi confirmado o seu papel decisivo para pensar novas estratégias de desenvolvimento local. Para isto, as contribuições destas iniciativas não podem ser apenas avaliadas do ponto de vista econômico (aumento das rendas dos pequenos produtores) ou social (inserção de mulheres ou de jovens na atividade ou criação de novos empregos). O modelo de análise proposto sobre a contribuição das iniciativas de DTR-IC ao desenvolvimento territorial permitiu superar parte destes limites, ressaltando as contribuições das iniciativas nos processos de especificação dos territórios e dos recursos locais bem como nos processos de fortalecimento das capacidades dos atores de contribuir para o desenvolvimento territorial.

Nesta perspectiva, verificamos que os territórios e os atores locais contribuem para a construção de uma nova competitividade territorial, levando em conta os recursos do território e os ativos culturais, a emergência de novos arranjos institucionais e a integração dos diferentes setores (agricultura familiar, pesca artesanal, turismo, atividades não-agrícolas, artesanato, etc.).

As iniciativas de DTR-IC levantadas se baseiam na presença de ativos culturais e naturais que podem ser mobilizados pelos atores locais ou extra-territoriais. Evidenciou-se uma riqueza de recursos culturais e naturais, como a beleza das paisagens, dos costões marinhos, alguns patrimônios materiais (igrejas muito antigas feitas de óleo de baleia), freguesias, construções típicas e patrimônio imaterial relacionado aos conhecimentos tradicionais (como plantas medicinais, saber fazer, saber consumir, práticas artesanais).

Muitos destes ativos são recursos coletivos ou bens públicos (paisagem) que não pertencem a ninguém. A manutenção destes ativos dependem entretanto da presença de atividades produtivas tradicionais (agricultura, pesca artesanal) ou requer a presença de uma comunidade viva capaz de transmitir os valores e os significados das inúmeras festas religiosas, por exemplo.



Entretanto, o maior desafio para um território não é tanto de estimular a valorização de alguns ativos culturais específicos, mas sim de criar um ambiente favorável para preservar sistemas sociais cujos principais protagonistas estão muitas vezes em situação de fortes assimetrias de poder e de acesso de informação. Hoje, numerosos ativos estão sendo mobilizados e participam do processo de diferenciação dos territórios costeiros sem que haja esforço para garantir a perenidade desses ativos ou do sistema societal em si (comunidade tradicional).

Importa destacar também que os níveis de apropriação dos recursos territoriais pelos atores locais são muito variáveis. Estes recursos culturais ou naturais podem assim ser identificados como latentes. Isso representa um potencial importante em termo de valorização e de integração das comunidades tradicionais no processo de DTR. Além disso, constatou-se junto aos membros da comunidade que os recursos naturais e culturais estão diminuindo ou passam por uma profunda transformação (como a mercantilização de festas tradicionais e perda de valor simbólico e cultural). Portanto, os atores locais e extra-territoriais tem visões distintas sobre os recursos e ativos do território e a forma de valorizá-los.

Com a pesquisa, constatamos também que o processo de DTR-IC pode ser estimulado na medida em que existam no território, mercados ou demandas para os serviços e bens oferecidos. Nesta perspectiva, o mercado turístico pode ser visto como eixo central de um desenvolvimento rural, demonstrando assim uma inter-relação importante e necessária entre dinâmicas até então consideradas distintas e conflitantes, já que muitas das iniciativas de DTR-IC analisadas são atividades complementares, de lazer ou de diversificação. Desse modo, estas sinergias podem representar o novo modo de ver o setor produtivo artesanal, em ruptura com os programas de apoio setoriais voltados para os setores produtivos. Entretanto, mesmo se representam em um eixo fundamental para os territórios, não constituem em si só uma alternativa de desenvolvimento rural. O desafio é de pensar essas atividades como dinamizadoras ou como vantagens diferenciadoras e buscar assim uma forte coerência entre estes tipos de iniciativas com as outras dinâmicas produtivas.

Por parte dos atores dos territórios rurais, uma fração deles acreditam que as iniciativas de DTR-IC lhe permitiram ganhar em auto-estima e em visibilidade junto aos poderes públicos e aos outros habitantes do território. Neste sentido, a mobilização de instrumentos oficiais e de programas de reconhecimento (patrimônio) são de grande importância – tanto para tornar conhecido um produto, um bem ou um serviço ao nível do Brasil ou ao nível internacional, quanto para dar visibilidade a um grupo de atores dos territórios cujos poderes de negociação são fracos e muitas vezes esquecidos.

Enfim, cabe ressaltar que os desafios permanecem grandes para esses territórios que estão em plena evolução. Um deles é de construir pontes e reforçar as alternativas complementares entre as dinâmicas já consolidadas e emergentes. Destaca-se também que o patrimônio cultural e natural está sendo cada vez mais valorizado nas zonas costeiras, enriquecido pelas histórias recentes do desenvolvimento do turismo e das cidades. A cultura nesse sentido não pode ser vista como “coisa do passado”, mas sim como uma oportunidade de dar um passo à frente redefinindo projetos de territórios sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAIRE ; BOYER, 1995. **La grande transformation de l'agriculture, lectures conventionnalistes et régulationnistes**. INRA et Economica.

ANDION, C. **Atuação das ONG nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO**.



Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2007.

BÉRARD, L.; MARCHENAY, P. **Les produits de terroir entre cultures et règlements**. Paris: CNRS, 2004.

BONNAL P. ; KANO K. **Análise comparativa de políticas públicas de desenvolvimento territorial**. Relatório final. OPPA/CPDA/UFRRJ. Brasília: IICA, 2010.

CERDAN, C. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. *In: Política & Sociedade*, nº. 14, abril de 2009, p. 277-299.

Cerdan, C. et al. "Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina Brasil." **Documento de Trabajo No. 87. Programa Dinámicas Territoriales Rurales**. Santiago de Chile: Rimisp, 2011.

COLLETIS G. ; PECQUEUR B. Intégration des espaces et quasi-intégration des firmes : vers de nouvelles rencontres productives? *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº3, 1993, p. 489-508.

COLLETIS G. ; PECQUEUR B. **Révélacion des ressources spécifiques et coordination située**. Communication présentée aux 4èmes Journées de la Proximité « Proximité, réseaux et coordination», GREQAM-IDEP, Faculté des Sciences Economiques, Marseille, 17-18 juin 2004, 15 p.

COUDEL, E. **Formation et apprentissages pour le développement territorial: regards croisés entre économie de la connaissance et sciences de gestion**. Réflexion à partir d'une expérience d'Université Paysanne au Brésil -Thèse soutenue le 26 février 2009., Montpellier SupAgro: 386 p.

DEFFONTAINES, J.-P.; MARCELPOIL, E.; MOQUAY, P. Le développement territorial: une diversité d'interprétations. *In: Lardon S., Maurel P., Piveteau V. (éds), Représentations spatiales et développement territorial. Bilan d'expériences et perspectives méthodologiques*, Paris, Hermès, 2001, pp. 39-56.

FAVARETO, A. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Documento de Trabajo N° 26**. Rimisp, Programa Dinámicas Territoriales Rurales, Santiago, Chile, 2009.

FONTE, M. Hacia un sesgo rural en el desarrollo económico: la valorización de la riqueza cultural de América Latina *In: RANABOLDO, C.; SCHEJTMAN, A, (eds). El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas* Lima: IEP, RIMISP; Territorios con Identidad Cultural, 2009, p. 47-85.

FONTE, M. ; RANABOLDO, C. (eds). Territorios con Identidad cultural. Perspectivas desde América Latina y la Unión Europea. *Revista OPERA*, Publicación anual de la Universidad Externado de Colombia, 2007.

FLORES, M. X. **Da solidariedade social ao individualismo: um estudo sobre o desenvolvimento do vale dos vinhedos na serra gaúcha**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 2007.

GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-



trip. Ambiente & Sociedade, v.6, n. 2, jul./dez., 2003.

HIRCZAK M. *et al.*. **Du panier de biens à un modèle plus général des biens complexes territorialisés: concepts, grille d'analyse et questions**, Symposium INRA PSDR « Territoires et enjeux du développement régional », Lyon, 9-11 mars, 2005, 18 p.

LEVESQUE. Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale : quelques éléments de problématique. *In: Cahiers du CRISES*. Collection Études Théoriques. No ET0604, avril de 2006.

MAILLEFERT M. ; SCRENCI N. **Des modèles de l'État à l'action publique territoriale. Éléments pour un renouvellement de l'analyse de l'action publique à l'échelon territorial**. Communication au colloque international - Etat et régulation sociale, Comment penser la cohérence de l'intervention publique? Paris, 2006, 16p.

NICOLAS; VALCHESINI (Eds). **Agroalimentaire: une économie de la qualité**, INRA, Economica, Paris, 1995.

PECQUEUR B. Qualité et développement territorial, l'hypothèse du panier de bien et de services territorialisés, **Economie Rurale**, janvier-février n° 161, 2001, 37-49.

PECQUEUR B.. A Guinada territorial da economia global *In: Política & Sociedade*, n°. 14, abril de 2009, p. 79-105.

PEYRACHE-GADEAU, V., PERRON, L.; JANIN, C. Des produits aux ressources – Modes de différenciation et construction territoriale, Le coffret des Chambarans, communication au colloque de l'ASRDLF **Entre projets locaux de développement et globalisation de l'économie, quels équilibres pour les espaces régionaux?**, 6-8 juillet, Clermont Ferrand, France, 2009.

RANABOLDO, C.; SCHEJTMAN, A., (eds). **El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamerican** Lima: IEP, RIMISP; Territorios con Identidad Cultural, 2009. (Estudios de la Sociedad Rural, 35), 2009, 427p.

TONNEAU, J.P *et al.* Évaluation du développement territorial comme processus d'innovation et d'institutionnalisation: le cas du Territoire du Alto Sertão do Piauí e Pernambuco au Nordeste du Brésil » **VertigO La revue électronique en sciences de l'environnement**, vol. 9, n° 3, 2009.

TONNEAU J.P.; VIEIRA P.F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentavel no Brasil *In : VIEIRA P,F, CAZELLA A, CERDAN,C (eds). Desenvolvimento territorial sustentavel, Revista Eisforia*, 2006, p. 311-334.

